

ATA DA QUINQUAGÉSIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 26-6-2023.

Aos vinte e seis do mês de junho do ano de dois mil e vinte e três, reuniu-se, presencialmente, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, e virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Conselheiro Marcelo, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Jessé Sangalli, José Freitas, Mauro Pinheiro, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário e Tiago Albrecht. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Airto Ferronato, Alexandre Bobadra, Biga Pereira, Cassiá Carpes, Comandante Nádia, Engº Comassetto, Fernanda Barth, Fran Rodrigues, Giovanni Culau e Coletivo, Idenir Cecchim, Jonas Reis, João Bosco Vaz, Juan Savedra, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Moisés Maluco do Bem, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Pablo Melo, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Lei do Legislativo nº 282/23 (Processo nº 0497/23), de autoria de Airto Ferronato; o Projeto de Lei do Legislativo nº 330 e 343/23 (Processos nºs 0563 e 591/23), de autoria de Cláudia Araújo; os Projetos de Lei do Legislativo nºs 339, 340 e 342/23 (Processos nºs 0582, 0583 e 0587/23, respectivamente), de autoria de Alexandre Bobadra; o Projeto de Lei do Legislativo nº 341/23 (Processo nº 0585/23), de autoria de Karen Santos; o Projeto de Resolução nº 048/22 (processo nº 0606/22), de autoria de Alexandre Bobadra; e o Projeto de Resolução nº 050/23 (Processo nº 0584/23), de autoria de Karen Santos. Também, foram encaminhados os seguintes ofícios do Prefeito: nºs 1987 e 2044/23, encaminhando os Projetos de Lei do Executivo nºs 015, 016 e 017/23 (Processos nºs 0622, 0635 e 0636/23, respectivamente); e nº 1988/23, encaminhando o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 013/23 (Processo nº 0620/23). Foi apregoado o Processo SEI nº 017.00005/2023-21, por meio do qual é autorizada representação externa de Moisés Maluco do Bem, no dia vinte e dois de junho do corrente, no Congresso Estadual de Infraestrutura e Encontro de Embaixadores, em Porto Alegre - RS. Foi apregoado o Processo SEI nº 017.00005/2023-21, por meio do qual é autorizada representação externa de Comandante Nádia, no dia vinte e dois de junho do corrente, em Solenidade de posse da nova diretoria do Instituto de Estudos Políticos Ildo Meneghetti, na Câmara Municipal de Porto Alegre. Foi apregoado o Processo SEI nº 017.00005/2023-21, por meio do qual é autorizada representação externa de Comandante Nádia, no dia vinte e quatro de junho do corrente, no Primeiro Seminário Sobre Doutrinação Ideológica no Ensino no Rio Grande do Sul, na Assembleia Legislativa do Estado, em Porto Alegre - RS. Foi apregoado o Processo SEI nº 017.00005/2023-21, por meio do qual é autorizada representação externa de Lourdes Sprenger, no dia vinte e seis de junho do corrente, no Primeiro Encontro conjunto das Escolas de Governo das Instituições Estaduais e Federais

com as Escolas dos Executivos e Legislativos Municipais, no Instituto Caldeira, em Porto Alegre - RS. Foi apregoado o Processo SEI nº 017.00005/2023-21, por meio do qual é autorizada representação externa de Lourdes Sprenger, no dia vinte e sete de junho do corrente, em Solenidade de abertura da Oficina Comunicação Integrada, na Câmara Municipal de Novo Hamburgo - RS. A seguir, foi apregoado requerimento de autoria de Moisés Maluco do Bem, solicitando licença para tratamento de saúde do dia vinte e seis ao dia vinte e nove de junho do corrente, tendo o Presidente informado que Dani Morethson fora empossado na vereança, em substituição, pelo mesmo período, integrando a Comissão de Urbanização, Transportes e Habitação - CUTHAB. Também, foi apregoada declaração firmada por Gilson Padeiro, Líder da Bancada do PSDB, informando o impedimento dos suplentes Helen dos Santos Machado Calleya, Pai Ricardo d'Oxum, Luiz Fabiano de Souza, Professor Franzen, Henry Ventura, Matheus da Luz Xavier, Aldoir Machado Borges, Tatiane Pires Bernardes e Neiva Conceição Dias Chaves em assumirem a vereança, em substituição, no período citado. A seguir, Dani Morethson pronunciou-se nos termos do artigo 12, § 8º, do Regimento. Os trabalhos foram suspensos das quatorze horas e trinta e seis minutos às quatorze horas e trinta e nove minutos. Após, o Presidente concedeu a palavra, em TRIBUNA POPULAR, a Odilon Fernandes de Souza, presidente da Associação de Cegos Louis Braille – ACELB – Mantenedora Casa Lar Cego Idoso, que se pronunciou acerca dos serviços prestados pela entidade no Município. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciou-se Airto Ferronato. Em prosseguimento, nos termos do artigo 206 do Regimento, Alvoni Medina, Giovane Byl, Prof. Alex Fraga, Biga Pereira, Aldacir Oliboni, Jonas Reis, Mônica Leal, Márcio Bins Ely e Tiago Albrecht manifestaram-se acerca do tema tratado em Tribuna Popular. Os trabalhos foram suspensos das quinze horas e dezoito minutos às quinze horas e vinte e oito minutos. Em prosseguimento, foi aprovado Requerimento verbal do presidente, solicitando que o Grande Expediente da presente Sessão seja realizado após o término da Ordem do Dia. Na oportunidade, por solicitação de Márcio Bins Ely, foi realizado um minuto de silêncio em homenagem póstuma, em memória de Mauro Zacher, ex-vereador, cujo falecimento completara, hoje, um ano. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Tiago Albrecht, Roberto Robaina, Fernanda Barth, Idenir Cecchim, Mauro Pinheiro, Roberto Robaina, Giovani Culau e Coletivo, Claudio Janta e Jonas Reis. Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Hamilton Sossmeier, presidindo, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente Sessão, passando-se imediatamente ao período de Grande Expediente. Em GRANDE EXPEDIENTE, pronunciaram-se Jessé Sangalli e Idenir Cecchim. Às dezesseis horas e cinquenta e nove minutos, após verificação de quórum, foi iniciada a Ordem do Dia. A seguir, foram aprovados Requerimentos verbais formulados por Fran Rodrigues e Engº Comassetto, solicitando alterações na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia. Em Discussão Geral e Votação, foi apreciado o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 010/23 (Processo nº 0396/23), após ser discutido por Conselheiro Marcelo, este em tempo cedido por Gilson Padeiro, José Freitas, este em tempo cedido por Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Márcio Bins Ely, Claudio Janta e Airto Ferronato. Foi apregoada a

Emenda nº 01 ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 010/23, de autoria de Gilson Padeiro, bem como aprovado Requerimento solicitando a dispensa do envio da referida Emenda às Comissões Permanentes. Foi apregoada a Emenda nº 02 ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 010/23, de autoria de José Freitas, bem como aprovado Requerimento solicitando a dispensa do envio da referida Emenda às Comissões Permanentes. Foi apregoada a Emenda nº 01 ao Projeto de Lei do Legislativo nº 318/21 (Processo nº 775/21) firmada por Tiago Albrecht, bem como foi aprovado Requerimento, solicitando a dispensa do envio da referida Emenda às Comissões Permanentes. Foi apregoada a Emenda nº 01 ao Projeto de Lei do Legislativo nº 048/23 (Processo nº 0098/23), firmada por José Freitas, Alvoni Medina e Hamilton Sossmeier, bem como foi aprovado Requerimento, solicitando a dispensa do envio da referida Emenda às Comissões Permanentes. Foi apregoada a Subemenda nº 01 à Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei do Legislativo nº 146/23 (Processo nº 0297/23), firmada por Claudio Janta, assim como foi aprovado Requerimento, solicitando a dispensa do envio da referida Subemenda às Comissões Permanentes. A seguir, foi aprovado Requerimento verbal formulado por Jonas Reis, solicitando alterações na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia. Foi aprovada a Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 010/23. Foi aprovada a Emenda nº 02 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 010/23. Foi aprovado o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 010/23 por trinta e um votos SIM e três votos NÃO, em votação nominal solicitada por Ramiro Rosário, tendo votado Sim Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Biga Pereira, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Dani Morethson, Engº Comassetto, Fernanda Barth, Fran Rodrigues, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Giovanni Culau e Coletivo, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, João Bosco Vaz, Juan Savedra, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Mauro Pinheiro, Márcio Bins Ely, Pablo Melo, Prof. Alex Fraga, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário, Roberto Robaina e Tiago Albrecht, e votado Não Cassiá Carpes, Claudio Janta e Mônica Leal. Foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 350/21 (processo nº 0834/21), após ser encaminhado à votação por Fran Rodrigues. Na oportunidade, foi registrada a intenção de Alvoni Medina em ter votado contrariamente à matéria. Em Discussão Geral e Votação, foi apreciado o Projeto de Lei do Legislativo nº 146/23 (Processo nº 0297/23), após ser encaminhado à votação por Alexandre Bobadra e Tiago Albrecht. Foi aprovada a Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei do Legislativo nº 146/23. Foi aprovada a Subemenda nº 01 à Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei do Legislativo nº 146/23. Foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 146/23. Em Votação, foi aprovado o Requerimento nº 087/23 (Processo nº 0397/23). Na oportunidade, foi constatada a existência de quórum deliberativo, em verificação solicitada por Biga Pereira. Às dezessete horas e cinquenta e sete minutos, em nova verificação de quórum solicitada por Aldacir Oliboni, foi encerrada a Ordem do Dia. Em prosseguimento, foi aprovado Requerimento verbal formulado por Idenir Cecchim, solicitando alterações na ordem dos trabalhos da presente Sessão. Em PAUTA, Discussão Preliminar, esteve, em 1ª sessão, o Projeto de Lei do Executivo nº 014/23. Por acordo de

líderes, os trabalhos foram encerrados às dezessete horas e cinquenta e oito minutos, convocando-se a Oitava Sessão Extraordinária, a ser realizada a seguir. Os trabalhos foram presididos por Hamilton Sossmeier e Alvoni Medina. Do que foi lavrada a presente ata, que será submetida à apreciação da Mesa Diretora e aprovada mediante a assinatura da maioria de seus integrantes, nos termos do artigo 149, parágrafo único, do Regimento.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Boa tarde!

SR. JOSÉ LUIS ESPÍNDOLA LOPES (Mestre de Cerimônias):

Convidamos para compor a Mesa: Sr. Daniel Trzeciak, deputado federal; delegada Nadine, deputada estadual e vice-presidente da Assembleia Legislativa; Sra. Aline Palarmo Guimarães, representante da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul; Sr. Luiz Henrique Viana, secretário de Estado de Sistemas Penal e Socioeducativo; Sra. Valéria Leopoldino, primeira-dama de Porto Alegre. Prestigiam, ainda, esta solenidade, Sr. Paulo Burmann, diretor-geral da Secretaria de Estado da Educação; Sra. Gabriela Cruz, presidente nacional do Tucanafro; Sra. Nicole de Oxum, da Federação do Batuque do Rio Grande do Sul; Sr. Gustavo Fialho, representando a comunidade do Samba de Galeria. Com a palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre, Ver. Hamilton Sossmeier.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Cumprimos as autoridades que se fazem presentes conosco e passo imediatamente a palavra ao diretor Luiz Afonso, para que possa fazer o prego.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo SEI nº 017.00005/2023-21, de autoria do Ver. Moisés Maluco do Bem, que solicita representar esta Casa no evento Congresso Estadual de Infraestrutura e Encontro de Embaixadores, na cidade de Porto Alegre, no dia 22 de junho de 2023.

Apregoo SEI nº 017.00005/2023-21, de autoria da Ver.^a Comandante Nádia, que solicita representar esta Casa no evento solenidade de posse da nova diretoria do Instituto de Estudos Políticos Ildo Meneghetti, gestão 2023/26, na cidade de Porto Alegre, no dia 22 de junho de 2023.

Apregoo SEI nº 017.00005/2023-21, de autoria da Ver.^a Comandante Nádia, que solicita representar esta Casa no evento 1º Seminário sobre Doutrinação Ideológica no Ensino no Rio Grande do Sul, na cidade Porto Alegre, no dia 24 de junho de 2023.

Apregoo SEI nº 017.00005/2023-21, de autoria da Ver.^a Lourdes Sprenger, que solicita representar esta Casa no evento 1º Encontro conjunto das Escolas de Governo das Instituições Estaduais e Federais com as Escolas dos Executivos e Legislativos Municipais, na cidade de Porto Alegre, no dia 26 de junho de 2023, às 14h.

Apregoo processo SEI nº 017.00005/2023-21, de autoria da Ver.^a Lourdes Sprenger, que solicita representar esta Casa no evento Solenidade de abertura da Oficina

Comunicação Integrada, na Câmara Municipal de Novo Hamburgo, em Novo Hamburgo, no dia 27 de junho de 2023, às 9h.

O Ver. Moisés Maluco do Bem solicita Licença para Tratamento de Saúde no período de 26 a 29 de junho de 2023.

Aprego declaração firmada pelo Ver. Gilson Padeiro, líder da bancada do PSDB, informando o impedimento dos suplentes Helen dos Santos Machado Calleya, Pai Ricardo d'Oxum, Luiz Fabiano de Souza, Professor Franzen, Henry Ventura, Matheus da Luz Xavier, Aldoir Machado Borges, Tatiane Pires Bernardes e Neiva Conceição Dias Chaves em assumirem a vereança, em substituição, no período citado.

Informo que se encontra presente no plenário o suplente Dani Morethson, que já procedeu à entrega à Mesa de seu diploma, de sua declaração pública de bens e de seu nome parlamentar.

SR. JOSÉ LUIS ESPÍNDOLA LOPES (Mestre de Cerimônias): Sr. Presidente, convido a compor a Mesa o Sr. William Morethson, esposo do Ver. Dani Morethson.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Solicito aos presentes que, em pé, ouçam o compromisso que o suplente Dani Morethson prestará a seguir.

SUPLENTE DANI MORETHSON (PSDB): "Prometo cumprir a Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, defender a autonomia municipal, exercer com honra, lealdade e dedicação o mandato que me foi conferido pelo povo." (Palmas.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Declaro empossado o Ver. Dani Morethson. O nome de V. Exa. já está aqui consignado, Dani Morethson, V. Exa. integrará a Comissão de Urbanização, Transporte e Habitação – CUTHAB.

O Ver. Dani Morethson está com a palavra, nos termos do art. 12 § 8º, do Regimento.

VEREADOR DANI MORETHSON (PSDB): Boa tarde a todas as pessoas presentes no plenário; Sr. Presidente; nossa primeira-dama do Município; nosso deputado estadual, Viana; nosso deputado federal, Daniel; nossa deputada estadual, Nadine; meus colegas da Secretaria de Justiça Cidadania e Direitos Humanos; meus queridos eleitores; meus familiares. Estar aqui hoje, na tribuna da Casa do Povo, é um sonho de um menino que foi presidente de grêmio estudantil, que lutou para ir contra a sua orientação sexual por uma sociedade que não aceitava – e que ainda não aceita, mas estamos trabalhando para que isso venha a acontecer –, mas, principalmente, estar vereador me traz muita lembrança. Eu tive dois filhos: a Sayara, em memória, minha filha que faleceu aos 10 anos de idade, no dia 10 de dezembro de 2010, Dia Internacional dos Direitos Humanos; e o Jhonny Lima Mussoi, que foi executado no ano passado pelo crime organizado.

Sr. Presidente; primeira-dama e minha madrinha de casamento, minha amiga; meus familiares; meu irmão, que está aqui, Gabriel; minha mãe, Isabel; meu pai, Hélio Padeirinho – eu tenho orgulho de falar; minha mãe de coração, Otília Borges, que trabalhou nesta Casa; meu irmão de coração, Guilherme; Rafaela Oliveira, uma pessoa que me representa muito, uma mulher travesti, uma amiga que me acolheu nos momentos mais difíceis da minha vida; a minha ialorixá mãe Nicole de Oxum, que está aqui presente também; pessoal do Samba na Galeria – reabrimos a casa, a cultura popular vive em Porto Alegre; eu estou aqui para defender não siglas partidárias, tampouco salvadores da Pátria; eu estou aqui para defender os porto-alegrenses, as pessoas, todas as pessoas. Nós, LGBTs, nesta semana, a Semana do Orgulho, somos muito criticados por falar orgulho, e falamos orgulho pela nossa existência e pela nossa vivência, eu estou aqui para trazer para os vereadores, aqueles que não têm a conscientização da pauta, o entendimento da pauta, que nós temos famílias, e que as nossas famílias são cidadãs e cidadãos de Porto Alegre. Nenhum de nós quer privilégios, ninguém aqui quer não pagar o IPVA, ninguém aqui quer não pagar o IPTU, nós queremos, Sr. Presidente, garantias de lei, e é fácil fazer isso. O Congresso Nacional recentemente aprovou, com diversos partidos que aqui divergem, uma lei que diz que é proibido xingar político. E por que não é criminalizada a LGBTfobia no Brasil, se é proibido ofender político? Qual é a diferença? Por que esse privilégio? E isso eu não falo para um ou para outro, porque foi unânime, diversos partidos de esquerda, de direita e de centro votaram a favor dessa lei. E mais ainda para dizer aqui, Ver. Cassiá, que nesta semana eu estive, Ver. Hamilton, com o deputado Sergio Peres, que é do Republicanos, conversando com ele sobre a pauta LGBT, porque a pauta LGBT não é uma pauta da esquerda, não é uma pauta da direita, não é uma pauta do centro, ela é uma pauta humanitária que fala da vida de cada um que está sentado aqui, que tem mãe e que tem pai, e é para isso, Sr. Presidente, que eu estarei aqui na Câmara de Vereadores, para defender vidas, não políticos e tampouco pessoas que se dizem salvadoras da Pátria. Eu tenho partido e estou aqui por ele, por uma ideologia particular minha, mas ser LGBT é coletividade, é falar sobre todos nós, é sobre nós, é sobre vidas humanas. Muito obrigado a todas as pessoas aqui presentes e aos vereadores, meus colegas. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Obrigado, Ver. Dani Morethson. Agradecemos a todos os familiares e pessoas que vieram assistir a sua posse. Estão suspensos os trabalhos.

(Suspendem-se os trabalhos às 14h36min.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): (14h39min) Estão reabertos os trabalhos.

SR. JOSÉ LUIS ESPÍNDOLA LOPES (Mestre de Cerimônias):

Gostaríamos de registrar a presença da Sra. Camila Rodrigues, coordenadora da Unidade de Direitos e da Diversidade Sexual e de Gênero da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social de Porto Alegre; e do ex-presidente e secretário municipal Cassio Trogildo.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Passamos à

TRIBUNA POPULAR

SR. JOSÉ LUIS ESPÍNDOLA LOPES (Mestre de Cerimônias): A

Tribuna Popular de hoje terá a presença da Associação de Cegos Louis Braille – Acelb, Mantenedora Casa Lar do Cego Idoso, que tratará de assunto relativo à divulgação dos serviços prestados pela entidade no Município. O Sr. Odilon Fernandes de Souza, presidente, está com a palavra, pelo tempo regimental de 10 minutos.

SR. ODILON FERNANDES DE SOUZA: Boa tarde, senhoras e senhores,

eu sou um dos colaboradores, diretor, fundador da Casa Lar do Cego Idoso, uma instituição mantida pela Associação de Cegos Louis Braille. Aqui venho para cumprimentar a todos os presentes, principalmente os nossos vereadores, suplentes e titulares, secretário do Estado, deputados federais e estaduais e principalmente as nossas coirmãs, que são muitas, graças a Deus, e principalmente o nosso Conselho Municipal de Direitos da Pessoa com Deficiência, através do seu presidente Nelson Kalil, que se encontra presente, e de uma forma toda especial o Ver. Medina, proponente dessa solicitação, à qual agradecemos sobremaneira. Como o espaço é curto, a mensagem é comprida e as necessidades são maiores, eu queria deixar bem claro que a nossa instituição, com 50 anos de idade da sua fundação, tem como princípio atender à sua área social no que se refere hoje às pessoas com deficiência e idosos, através de uma casa lar com 45 residentes de ambos os sexos e totalmente social. Mas eu queria dizer que nós, a sociedade como um todo, e principalmente esta Casa que legisla sobre a situação política social, cultural e legal, deveria voltar os olhos para as pessoas com deficiências também, porque não existe nada que não possa ser executado por pessoas com deficiência, porque nós todos da sociedade temos um pouco de deficiência, um porque é gordo, outro porque é alto, outro porque é baixo, como falou agora o vereador que está sendo empossado. Parabéns, conte conosco, lá estamos para receber as suas propostas para que possamos também estender os nossos apoios. Uma comunidade, uma sociedade, uma capital precisa de pessoas como o senhor, que não se veste de partido e sim de uma proposição, são essas pessoas que nós achamos que estão corretas. Temos que ter a nossa ideologia, mas não podemos nos afastar das nossas responsabilidades sociais, porque não se vive sem a área social. Ninguém é tão abastado que não precise de assistência social e ninguém é tão pobre que não possa contribuir com o serviço social da cidade. E aqui quero cumprimentar sobremaneira a nossa primeira-dama, Dona Leopoldina, a qual admiro muito. Nossa

instituição já a recebeu lá e ela tem boas propostas, boas ideias, às vezes, não dá para fazer tudo, mas, sendo parceiro, já serve. Eu queria dizer que a nossa instituição com 50 anos de idade tem nos seus objetivos atender à pessoa idosa e às pessoas com deficiência visual de todas as idades, de todos os sexos, de todos os segmentos, porque acreditamos que é muito melhor nós construirmos uma sociedade justa de mãos dadas, nós e a sociedade. Tem um *slogan* de nós, cegos, que usamos nos nossos encontros. Cumprimento aqui o Leopoldino, presidente da União de Cegos do Rio Grande do Sul, e a Ceres, que acho que também está presente. Nós temos um lema, um *slogan* que diz: não façam nada para nós, sem nós. Eu queria dar um alerta aqui: o Centro Histórico de Porto Alegre hoje não nos satisfaz, enquanto cegos, nas suas reformas, porque foi concebido sem nós, sem a participação dos cegos, sem a participação do Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência. Sugiro aos vereadores que retomem esse estudo, junto com o conselho, somos parceiros. A nossa Associação de Cegos Louis Braille tem um princípio, um norte, que é atender aos excluídos, às pessoas com deficiência, aos idosos. Lá estamos atendendo a 50 pessoas, mas a muito mais pessoas no que se refere às outras deficiências. Somos parceiros em conselhos, somos parceiros dos vereadores, somos parceiros nas instâncias de decisão política neste País, neste Estado e, por que não, em Porto Alegre. Eu quero agradecer ao nosso Ver. Medina, que é nosso parceiro, está sempre junto com a gente. Isso não fecha a porta para outros vereadores que queiram e devem contribuir com leis, com ações, até, por que não, com emendas parlamentares que possam nos ajudar a seguir o nosso caminho de 50 anos, para que, daqui a cem anos, ela continue lá, cumprindo com as suas funções estatutárias, com as suas finalidades, todas elas, levadas a cabo, sempre levando em consideração o ser humano, porque, embaixo de qualquer legislação, embaixo de qualquer decisão política, está a pessoa, seja ela do tipo que for. Aqui quero render as minhas homenagens a esse grupo que acaba de empossar um vereador por tão necessária a função social dentro desse contexto todo, que nós também nos encontramos assim. Então, eu queria pedir aqui que esta Casa sempre olhe para nossa Associação de Cegos Louis Braille, para nossa Casa Lar do Cego Idoso, que não tem personalidade jurídica, sendo um departamento social da nossa instituição. Nós lá temos por princípio atender com direitos preservados, com direitos reservados, com instâncias, onde os nossos moradores e nossos funcionários têm voz ativa nas decisões da diretoria. É uma entidade totalmente democrática, que ouve a todos e que tem a obrigação de passar o filtro, como a Câmara de Vereadores.

Eu queria deixar aqui os meus agradecimentos e dizer que a Associação de Cegos Louis Braille precisa de um olhar desta Casa, que estenda as mãos, vai lá nos visitar, conhecer o nosso trabalho. Nós temos por norma receber a todos os políticos, independentemente de partido. Nós todos temos um partido; nós todos temos uma religião; nós todos temos um time de futebol, mas temos que ter uma só consciência de bem defender e bem tratar o nosso semelhante – isso é bíblico, não é?

Então, eu peço desculpas que eu tenho que atropelar, pois o tempo é curto. Eu quero, de uma certa forma, dizer que temos que congregar; temos que dar as mãos; temos que trabalhar juntos com poder público, que tem o dever de manter esses espaços públicos

sociais, e nós, das organizações, estamos aí fazendo o nosso papel. Então, nós só podemos fazer um bom papel se trabalharmos juntos: as instituições, o poder público, o Poder Judiciário e o poder civil, porque ninguém faz nada sozinho, não é? Nós todos, por pior que sejamos, temos condições e muita sabedoria para bem gerenciar e fazer a gestão disso. A Associação de Cegos Louis Braille está situada à Rua Braille nº 480, no bairro Costa e Silva, com as portas abertas para quem quer que seja, independentemente de partido político, time de futebol ou religião. Lá a nossa religião é serviço social para as pessoas que necessitam. Um abraço e muito obrigado. E que esta Casa cumpra com as suas finalidades, como tem feito até então. Beijos. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Obrigado, Sr. Odilon Fernandes de Souza, presidente da Associação dos Cegos Louis Braille. O Ver. Aírto Ferronato está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Estimado Presidente Hamilton, eu quero trazer um abraço fraterno ao amigo Odilon, que é um extraordinário grande lutador, batalhador das causas sociais de Porto Alegre e muito vinculado, ligado à nossa Associação de Cegos Louis Braille. Amigo Odilon, eu quero deixar aqui um abraço a ti, cumprimentar o Ver. Medina pela iniciativa, cumprimentar todos que estão conosco e cumprimentar, através do Emir, do Adão e da Vera, o pessoal da Acelb. Saúdo a todos e quero dizer da importância deste momento. Em 2010, nós apresentamos o projeto que criou o Fundo Municipal do Idoso, que trouxe recursos para diversas entidades, e sei também que foi fundamental ali na nossa Acelb. Estou aqui para cumprimentá-los pelos 50 anos, e estive lá no almoço, mas também para dizer e conclamar o povo gaúcho que nós temos um instrumento de direcionamento de verbas lá para a nossa associação através da destinação de recursos, Ver. Oliboni, através da destinação de recursos da declaração do imposto de renda. Nós já tivemos a oportunidade, eu também, amigo Emir, já encaminhei verbas do orçamento impositivo, e isso é bom e necessário. Agora, a grande fonte de recursos de financiamento das nossas instituições vem da destinação de verbas da declaração do imposto de renda. Isso a gente tem feito. Então, mais uma vez, quero trazer um abraço ao Odilon, trazer um abraço ao Emir, ao Adão Zanandréa, à Sra. Vera, nossa presidente, e a todos vocês, que sei que trabalham e se dedicam bastante e cotidianamente com as coisas lá da Associação de Cegos Louis Braille. Contem conosco aqui na Câmara, nós estamos juntos. Parabéns por essa possibilidade de falarmos aqui na nossa Tribuna Popular. Um abraço e obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Alvoni Medina está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR ALVONI MEDINA (REP): Boa tarde, meu presidente, que Deus o abençoe; boa tarde, Sr. Odilon, nosso presidente da Acelb; Sr. Emir, vice-presidente; Sra. Vera Regina, que é a atual presidente; quero parabenizá-los por esses 50 anos de existência à frente da Associação, cuidando das pessoas idosas e das pessoas com deficiência. A gente vê que ela é referência para milhares de outras pessoas e até fora da cidade de Porto Alegre. A Acelb tem acolhido nossos idosos, e eu conheço a Acelb, eu conheço todos aqueles que fazem parte da Acelb, eu vejo o trabalho, Presidente Hamilton, que a Acelb tem prestado à comunidade, à sociedade, e, esse trabalho, durante esses 50 anos, em que ela tem prestado esse serviço, tem ajudado as pessoas, tem acolhido os nossos idosos, que têm chegado e têm encontrado ali o seu segundo lar. Ali têm se sentido acolhidos, abraçados, as suas demandas atendidas, têm sido cuidados com carinho, com respeito. Quando vamos lá, vemos a felicidade dos moradores, dos idosos que fazem parte da Acelb, vemos o trabalho dos funcionários da casa, que ajudam, que dão assistência, de todos aqueles envolvidos com a associação. Vemos que a luta pela população idosa, principalmente pelas pessoas com deficiências que fazem parte daquela casa, tem sido acolhida. Um abraço especial a todos. Que venham mais 50 anos, seu Odilon, que pelo menos chegue até os 80 anos! Parabéns, o senhor vai fazer 80 anos daqui a alguns dias! Que Deus o abençoe e continue cuidando do senhor! Que o senhor continue com esse vigor, que continue acreditando nas pessoas, que continue lutando por aqueles que realmente têm procurado a associação. Vida longa à Acelb! Parabéns a todos!

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Giovane Byl está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR GIOVANE BYL (PTB): Boa tarde, Presidente Hamilton Sossmeier. Quero cumprimentar o nosso orador que veio representar a Acelb, Sr. Odilon; quero também cumprimentar toda a diretoria e todos os parceiros, como o Sr. Emir, o Sr. Valdeci, a presidente Vera, que estão na linha de frente da Acelb, que está implantada na nossa querida Costa e Silva, na Zona Norte. Dizer aos nobres colegas que nos escutam que a Acelb, além de fazer um importante serviço à população idosa, aos cegos idosos, ela também tem um papel muito relevante, lá no bairro Costa e Silva, sempre sendo solícita quando surge uma demanda na comunidade por uma cadeira de rodas, por uma cama hospitalar, por algum amparo a algum idoso ou alguém que está precisando, a Acelb sempre estende as mãos para a comunidade, dando esse suporte. A presidente da Associação de Moradores Costa e Silva, a Roseli, tem uma parceria muito grande com a Acelb, está sempre somando parcerias, então não posso deixar de desejar um fraterno abraço, os meus parabéns, e desejar vida longa à Acelb! Deus abençoe o trabalho de vocês por essa população e por aquela comunidade que tanto precisa, que é o Costa e Silva e a Zona Norte de Porto Alegre. Parabéns!

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde, Sr. Odilon, ao cumprimentá-lo, cumprimento todos os integrantes e participantes da Acelb. Eu represento aqui a bancada do PSOL, portanto, presto esta homenagem em nome do Ver. Roberto Robaina, da Ver.^a Fran Rodrigues e da Ver.^a Karen Santos. (Procede à autodescrição.) Eu gostaria de parabenizar a entidade pelo sério trabalho prestado para a comunidade, e também acolher a demanda de que vocês são signatários, junto com o Conselho Municipal de Direitos da Pessoa com Deficiência de Porto Alegre – Comdepa, com relação às necessidades para as pessoas portadoras de deficiência visual no entorno do Centro de Porto Alegre. Nós temos ali a implementação de algumas obras, e o quadrilátero central de Porto Alegre, conforme Conselho Municipal, o Comdepa, prevê a instalação de piso tátil em apenas um lado das vias e o rebaixamento delas, o que acabaria com cordão da calçada. Isso prejudica em muito o deslocamento das pessoas que têm deficiência visual e, portanto, a nossa bancada do PSOL está muito atenta a essa demanda. Vamos abrir um pedido de providências para Prefeitura para que esse erro seja corrigido. Nós precisamos melhorar a acessibilidade em todos os pontos da nossa Cidade para que as pessoas que tenham quaisquer tipos de limitações, sejam elas de locomoção, sejam elas sensoriais. Parabéns mais uma vez pelo trabalho da sua entidade e a todos os integrantes dela. Vida longa à Acelb.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. José Freitas está com a palavra.

Vereador José Freitas (REP): Boa tarde, Presidente; boa tarde, Sr. Odilon, que faz parte da diretoria da Acelb, cumprimento o senhor e toda a diretoria da Acelb, que tem esse trabalho extraordinário, relevante para Porto Alegre, não só para região norte. Eu tive o prazer... Presidente Odilon, eu sou colega de partido do Ver. Alvoni Medina, somos do Republicanos, e sei o quanto ele se empenha pela sua entidade. Tenho certeza de que esta Casa aqui é parceira, o senhor pode contar conosco sempre aqui.

Dizer que eu conheço a casa, eu já estive lá porque eu sou presidente da comissão de saúde desta Casa e já tive a oportunidade de visitar, junto com a nossa comissão, conhecendo o belíssimo trabalho que vocês desempenham. Que Deus continue abençoando grandemente e cada vez possam ter mais parceiros para vocês lá para ajudar esse trabalho extraordinário. Um grande abraço. Vida longa à Acelb.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): A Ver.^a Biga Pereira está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Boa tarde, Presidente Hamilton Sossmeier; boa tarde nosso presidente Odilon Fernandes de Souza. (Procede à autodescrição.) Gostaria de cumprimentar a Acelp e dizer que o trabalho que vocês realizam na cidade de Porto Alegre é um trabalho reconhecidamente qualificado, que toda a sociedade porto-alegrense há muito já reconhece que tem muita credibilidade. Eu queria dizer a vocês que concordo plenamente com o que o Comdepa nos apresenta a partir da necessidade do piso tátil nas calçadas. É inadmissível que a gente tenha em Porto Alegre a previsão de instalação do piso tátil em apenas um lado das calçadas. Eu sempre fui defensora de que as pessoas têm o direito de ir e vir – nesse caso, não é Odilon, é só para ir, né? Então é inadmissível, de verdade, que não se dê autonomia às pessoas com deficiência visual ou cegas. Portanto, conte conosco, não só aqui como o Ver. Prof. Alex colocou, de fazermos pedido de providências, mas o debate do Plano Diretor, que vai se iniciar, aqui nesta Casa, certamente vai opinar sobre a questão da acessibilidade na nossa cidade. Era isso. Muito obrigada. Parabéns.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento, pela oposição.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Nobre Presidente, Ver. Hamilton, saúdo V. Exa. como também a todos os nossos vereadores e vereadoras aqui da Casa, de modo especial a visita do Odilon, conhecido de muito tempo, um homem muito dedicado às causas das pessoas com deficiência, e que está aqui hoje na Câmara Municipal. (Procede à autodescrição.) Atrás de mim estão as galerias, e grande parte das galerias está sendo ocupada por pessoas desse segmento tão importante da autodescrição. Falo isso, nobre presidente Odilon, porque eu tenho um projeto de lei tramitando na Casa sobre a audiodescrição, porque não se faz a autodescrição quando se tem um evento dessa natureza na cidade. Também recebi, ao chegar no plenário, um documento do Comdepa que fala sobre as obras do Centro da nossa querida Porto Alegre, que, de fato, estão em desacordo eu diria até com a lei federal, estadual e municipal, sobre o piso tátil – é lamentável que o governo não se deu conta. Creio que ainda há uma possibilidade de reavaliar, por isso, Presidente, eu proponho aqui uma comissão especial liderada pela Mesa Diretora, para poder fazer uma visita *in loco* e com as pessoas que hoje estão fazendo esse documento de reclamação. Creio que há ainda a possibilidade de mudança e nós não podemos ter o Centro da nossa querida capital sem ter esse piso tátil, que é uma reivindicação; inclusive existem várias leis, o próprio Plano Diretor exige que isso aconteça, e o governo faz uma obra de revitalização, seja da Av. Borges de Medeiros ou seja da Rua da Praia, que não possui o piso. Isso é de extrema importância, nesse sentido nós damos boas-vindas a V. Sa., nobre presidente Odilon, com todas as pessoas que tratam do tema, a Casa aqui é sempre do povo. Um forte abraço.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Jonas Reis está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Obrigado, Presidente, pelo espaço da palavra. (Procede à autodescrição.) Quero parabenizar o Sr. Odilon Fernandes de Souza por todas as empreitadas que tem feito em prol não só da associação, mas da luta por direitos humanos aqui nesta cidade, no Rio Grande do Sul. Também fico preocupado, Presidente, com a situação em que se encontra a nossa cidade. Já tivemos uma Secretaria Municipal de Acessibilidade, e hoje chega em nossas mãos, lamentavelmente, que há uma escolha, talvez as pessoas nem tenham pensado em economia, nem tenham pensado em economizar por não colocar piso tátil em todos os lugares que é fundamental colocar, mas talvez por uma falta de sensibilidade com a legislação. Então eu acho que talvez seja até um mal-entendido por parte de alguns agentes do governo, que, com certeza, ao receber esse documento aqui e essa sugestão brilhante dada pelo Ver. Oliboni, de fazer um grupo para sensibilizar essas pessoas e readequar não só o Centro, mas também outros espaços que precisam de revitalização. Realmente, autonomia para as pessoas cegas poderem desfrutar do mesmo direito de todas na cidade, o ir e vir não pode receber bloqueios por conta de políticas de governo, que talvez não olhem para todos. Então o nosso dever aqui na Câmara, Sr. Odilon, é somar com vocês, com o Conselho Municipal, Associação de Cegos Louis Braille, Associação do Rio Grande do Sul, União de Cegos do Rio Grande do Sul e a Federação Riograndense de Entidades de e para Cegos. Parabéns, contem conosco, o mandato do Ver. Jonas Reis, do PT, na luta. Saudações. Obrigado, Presidente.
(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Boa tarde, presidente Odilon, é uma prazer mais uma vez encontrá-lo aqui, são 50 anos sob o seu comando a Associação de Cegos Louis Braille, é uma honra estar aqui e poder falar. Eu considero uma pauta extremamente importante, nós temos, sim, que nos colocar à sua disposição, a Câmara de Vereadores representa do povo de Porto Alegre. Eu já destinei emenda para fortalecer a União Cegos do Rio Grande do Sul, da mesma forma me coloco à disposição. Mas o que me traz principalmente a esse microfone, é que eu recebi no meu gabinete, e não tinha conhecimento, sobre o que está ocorrendo nas obras do quadrilátero central, que é a falta de uma sinalização adequada para as pessoas com deficiência visual. Nós precisamos pensar, Porto Alegre precisa pensar em todos, é inadmissível que seja realizada uma obra, com esse peso, com esse tamanho, sem garantir a plena segurança e autonomia das pessoas com deficiência, nesse caso as pessoas cegas. Então, conte com meu apoio; vamos cobrar os responsáveis para buscar uma forma de viabilizar essa colocação do piso tátil na parte que está faltando. Obrigada, um abraço!

(Não revisado pelo orador.)

PRESIENTE SOSSMEIER (PTB): O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito boa tarde, Presidente Hamilton, na pessoa de Vossa Excelência, cumprimento os demais vereadores, vereadoras, em especial o Odilon, nosso presidente da Associação de Cegos Louis Braille; falo em nome da minha bancada do PDT, em meu nome e do Ver. João Bosco Vaz, (Procede à autodescrição.) Quero também me somar aqui a todos que falaram sobre o piso tátil, o sinal sonoro da sinaleira, o fim do orelhão – o orelhão era o vilão dos cegos no centro, quantos bateram a cabeça no orelhão, que eu me lembre. Eu também fui autor de um projeto de lei, a pedido da associação de cegos, à época, que contivesse a placa informando o prefixo do taxi, colada no banco, para, através do toque, o cego poder identificar o número do prefixo do táxi ou a placa do automóvel do aplicativo, e essa lei entrou em vigor em 2016. Então, dizer que estamos atentos, cumprimentos pela Tribuna Popular, contem com a nossa bancada. Todas as iniciativas e as políticas públicas que possam vir a somar também, por conta das pessoas portadoras dessa deficiência, bem como dizer que casualmente hoje é o Dia Nacional do Controle do Diabetes, uma doença que também pode vir a causar a cegueira. Então a gente tem que ficar atento, porque não são só questões genéticas ou situações que envolvam o nascimento, mas a pessoa pode desenvolver a cegueira. E mais, semana passada estive com o secretário Ritter, secretário da saúde, porque temos uma fila de pessoas que tem um problema degenerativo da retina. Sabe quantas pessoas estão na fila? São 4.600 pessoas para fazer aquele tratamento, a injeção no olho; 4.600 pessoas na fila, e a Prefeitura tem conseguido fazer atualmente, em média, 100 injeções por mês só; e a demanda seria de 300 por mês só para conter e não crescer a fila. Então, mês passado, terminou o recurso, foi suspenso o recurso. Nós, inclusive, queremos fazer uma homenagem ao Hospital Restinga, que vinha fazendo esse procedimento. É uma injeçãozinha deste tamanho, Presidente, no olho, e custa quase R\$ 5 mil cada injeção, uma fortuna, mas, às vezes, não é quanto custa, é quanto vale; para a pessoa poder continuar enxergando, ela tem que fazer esse tratamento. Quero dizer que nós estamos atentos e estamos batalhando, sim, em favor de políticas públicas que possam manter as pessoas enxergando. Um abraço grande ao Odilon, um abraço grande à Associação de Cegos Louis Braille; contem conosco, contem com a valorosa bancada do PDT. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Tiago Albrecht está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Boa tarde, Sr. Presidente Hamilton Sossmeier; boa tarde, Sr. Odilon Fernandes de Souza, presidente da nossa Associação de Cegos Louis Braille – Acelb. Sr. Odilon, tem uma frase aqui entre nós,

liberais – eu sou do partido NOVO, estou aqui falando em nome da bancada do meu partido –, que diz que a menor minoria é o indivíduo; nesse sentido, a pessoa cega é essa minoria que precisa também ter as suas necessidades e os seus direitos atendidos e/ou respeitados. Porto Alegre tem avançado em algumas áreas nesse sentido, mas em tantas outras é uma cidade que desafia a pessoa que tem dificuldades ou necessidades oftalmológicas. Então quero dizer para o senhor, primeiro, que parableno, Sr. Odilon, vosso trabalho à frente da associação; também quero consignar a bancada do partido NOVO no trabalho em prol dessa que é uma das minorias; o indivíduo que tem a cegueira ou as necessidades oftalmológicas precisa ser também recipiente das políticas públicas. Então, Sr. Odilon e toda a comunidade da Associação de Cegos Louis Braille, que está nas galerias aqui, sejam muito bem-vindos a esta Casa, que é de vocês também, e contem com o partido NOVO. Muito Obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Queremos agradecer a presença do Sr. Odilon Fernandes de Souza, presidente da Associação de Cegos Louis Braille; da Sra. Vera Dick, seja bem-vinda; de todos que fizeram parte deste momento e estão conosco na Câmara, sejam sempre muito bem-vindos. Agradecemos a presença de todos vocês e queremos suspender a sessão para fazer um registro oficial. Estão suspensos os trabalhos.

(Suspendem-se os trabalhos às 15h18min.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): (15h28min) Estão reabertos os trabalhos.

Em votação o requerimento de autoria desta presidência, solicitando que o Grande Expediente do dia de hoje seja realizado após a Ordem do Dia. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Vereador Márcio Bins Ely (PDT) (Requerimento): Presidente, eu queria fazer menção a um ano do transcurso do falecimento do Ver. Mauro Zacher, que foi Presidente desta Casa, liderou a nossa bancada do PDT, foi presidente da CEFOR, secretário do Município na Secretaria de Obras, na Secretaria de Juventude e teve a sua passagem por aqui abreviada numa prova de natação, como é de conhecimento de todos. Então hoje nós gostaríamos, em nome da bancada do PDT, eu e o Ver. João Bosco Vaz, de convidar aqueles que puderem participar da missa que irá ocorrer na PUC, Av. Ipiranga, 6681, na capela do prédio 23, hoje, segunda-feira, às 19h. E na medida do possível que nós pudéssemos fazer uma homenagem em um minuto de silêncio para o vereador que estava fazendo um trabalho em favor da cidade, em pleno exercício das suas atribuições que lhe foram conferidas pela quinta vez, porque ele estava no quinto mandato como vereador desta Casa. Muito obrigado.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Deferimos o pedido.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Obrigado pela lembrança, Ver. Márcio Bins Ely e Ver. João Bosco Vaz.

Eu queria informar a todos vereadores que, na quarta-feira, por solicitação de vários vereadores, entre eles, o Ver. Aldacir Oliboni e tantos outros vereadores, nós convocamos a CEEE-Equatorial para estar aqui prestando esclarecimentos. Na quarta-feira, estará, em comparecimento, na Câmara Municipal a pedido dos vereadores, a CEEE-Equatorial, para prestar esclarecimentos sobre os últimos dias, os temporais e os acontecimentos.

O Ver. Tiago Albrecht está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Muito boa tarde, Sr. Presidente; boa tarde, senhoras e senhores vereadores; boa tarde, público nas galerias; e também o meu boa tarde para aqueles que assistem à TVCâmara nas mídias e redes sociais; nesta semana, nós gaúchos, levamos um tiro de misericórdia como sociedade. Não um tiro disparado de uma arma, mas um tiro de misericórdia disparado da caneta de uma juíza de direito. Eu conversava com o coronel Feoli, a quem admiro muito como Comandante da Brigada, trocava mensagens, e ele me enviava o despacho dessa juíza a respeito do julgado de um bandido que atirou contra a Polícia Civil. E na decisão dessa juíza, ali naquele despacho que me enviava o coronel Feoli, estava um tiro de misericórdia nos gaúchos de bem, nas pessoas que não toleram o crime, nas pessoas que acreditam numa sociedade virtuosa, onde os bandidos, os traficantes e os assassinos ficam bem trancafiados à margem da sociedade. Mas o que nós vimos é um incentivo, no mínimo, à impunidade. E não estou aqui eu querendo ensinar direito a uma magistrada, não seria essa a minha petulância, mas o que ela despachou, o que ela decidiu na sentença salta aos olhos até de uma criança de cinco anos: um vagabundo envolvido com tráfico de drogas, facções, simplesmente estava para matar ou morrer, e recebeu a comitiva da Polícia Civil, que fazia uma operação, a balas. Aliás, esse bandido nem deveria estar em casa, pois ele tem duas passagens por tráfico de drogas e mais uma por receptação de drogas. Um dos disparos proferido por esse meliante acertou a cabeça de uma policial civil. Repito: o vagabundo recebeu a balas a Polícia Civil e um dos tiros desferidos por este criminoso acertou a cabeça de uma policial. Acertou a parte do cérebro dessa policial, onde estão as memórias, onde ficam registradas as experiências de uma pessoa. E essa mulher, essa policial civil simplesmente teve deletadas da sua mente todas as memórias afetivas da filha de três anos e do seu marido. Ela saiu cedo para trabalhar, defender o estado de direito, levou um balaço de um criminoso, que deveria estar entre quatro paredes, preso, e voltou uma mulher sem memórias, uma mulher que não lembra do marido, uma mulher que não lembra da filha de três anos, uma mulher sem história. Aliás, a bala na cabeça de uma mãe policial não foi o suficiente para a magistrada manter esse vagabundo preso. A

sensação que a juíza passa no seu despacho é de que a vida de um policial vale menos do que a de um criminoso. Infelizmente, com esse julgado, de fato, parece que uma policial civil vale menos do que alguém que trafica drogas.

Por isso, em nome do partido NOVO, em nome do estado democrático de direito, quero prestar todo o nosso apoio à Polícia Civil, a essa policial, também à Brigada, às demais polícias, afinal de contas, a política da impunidade que muitos endossam, a política do garantismo, que é defendido por todos aqueles que passam a mão na cabeça de bandidos, e por todos aqueles garantistas que, ao invés de deferirem para um agente público, estatal, policial, preferem, muitas vezes, passar a mão na cabeça dos pobres coitados, os oprimidos pela sociedade.

Lugar de traficante, de assassino é na penitenciária, senhora juíza! Lugar de quem comete crime, de quem atira contra a polícia é à parte da sociedade por, no mínimo, trinta anos; e não um rebaixamento de apenas alguém que estava tentando repelir a presença policial.

Fica, portanto, a nossa indignação; fica, portanto, o nosso carinho a essa policial civil, a todos os policiais civis, militares, federais, penitenciários. Bandidos não passarão! E quando o Judiciário errar, nós, do Legislativo, estaremos aqui para fazer o contraponto, para dar as sinalizações que a sociedade de bem realmente precisa. Obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Alvoní Medina assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (REP): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Boa tarde, vereadores, vereadoras, público que assiste esta sessão na TVCâmara. Olha, nós estamos iniciando mais uma semana, e eu espero – o Presidente Hamilton não está exercendo agora a sua atividade como Presidente – que, nesta semana, nós tenhamos finalmente o despacho da Procuradoria para que seja instalada a Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar as irregularidades que ocorreram na Secretaria Municipal de Educação. Eu digo isso, porque nós estamos numa secretaria em que falta estrutura, as escolas necessitam de reformas, nós necessitamos de contratação de professores, de monitores, e nós temos ainda um enorme desperdício de milhões – mais de R\$ 70 milhões – nesses materiais que foram comprados pela SMED e não foram distribuídos para os alunos. E, no dia de hoje, o vice-prefeito, que assumiu a responsabilidade de conduzir a SMED, numa entrevista ao Jornal do Comércio, diz que não há escândalo nenhum, não há problema nenhum, sequer, segundo o vice-prefeito, há desperdício. Isso é um tipo de declaração que parece uma provocação. Eu entrei, no final da semana, na sexta-feira, com um pedido para que o Ministério Público de Contas, inclusive, faça, Ver.^a Karen, uma investigação sobre esse depósito que a Prefeitura alugou – sem licitação! –, R\$ 50 mil por mês, quando a

metragem de qualquer bom depósito, o valor de qualquer bom depósito, com a mesma metragem, às vezes até maior, é pela metade do preço. E a Prefeitura fez, sem licitação; em um ano, já gastou R\$ 600 mil, e já renovou esse contrato sem licitação! Isso é um dos problemas. O vice-prefeito diz que não tem problema nenhum, o vice-prefeito diz que não tem problema nenhum quando já nesta tribuna, a presidente da Comissão de Economia e Finanças, eu mesmo, como líder da oposição, vários outros vereadores já apontaram que teve uma compra de material escolar, dos tais *kits* de robótica, por R\$ 2,3 milhões, de uma empresa cuja proprietária é uma terapeuta reikiana. Eu não vou aqui ficar discutindo a qualidade do que significa uma terapeuta reikiana, mas eu sei muito que esse tipo de empresa não tem competência para gerenciar um negócio de *kits* de robótica. Eu vou esperar o procurador dar o parecer sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito, mas na próxima semana nós vamos mostrar aqui, para que todos os vereadores vejam. Cadê a propaganda dessa empresa? Eu nunca vi, Ver.^a Mônica, uma empresa que recebe R\$ 2,3 milhões para vender *kit* de robótica que sequer propaganda tem! Nunca vi. Essa competência toda consegue vender para Prefeitura materiais... E nós estamos falando de um recurso importante, R\$ 2 milhões, não é pouco recurso, não é pouco dinheiro. Eu vi que o prefeito Melo destinou para as reformas mínimas das escolas, da rede elétrica das escolas, destinou R\$ 2 milhões. Aliás, deveria ter destinado antes. Compraram milhares de Chromebooks, que não podiam ser instalados, porque as escolas não tinham rede elétrica. Então, o planejamento foi absurdo, comprar quase que por comprar! E o prefeito, ou melhor o vice-prefeito, e eu digo prefeito, até porque eles estão tão alinhados, o prefeito Melo está tão alinhado com o Ricardo Gomes, que é uma expressão do bolsonarismo, do neoliberalismo... O Ricardo Gomes fez uma entrevista que despachou os problemas da cidade, como se eles estivessem fazendo um governo maravilhoso! Despachou, disse, “ah, não, nós vamos vender a Carris...”, mas não explicou como é que tem quase 200 ônibus sem reparos. São quase 200 ônibus no pátio da Carris que não estão servindo à população, que não tem os mecânicos para poder fazer o serviço. Desmontando a Carris, uma empresa que é centenária, atacando os rodoviários, demitindo cobradores... e diz alegremente que vão privatizar a Carris, que vão privatizar o DMAE.

Então a Câmara dos Vereadores precisa debater. E eu concluo insistindo, essa semana nós queremos, sim, que o procurador faça o seu serviço e garanta que nós possamos ter, de fato, uma Comissão Parlamentar de Inquérito funcionando na Câmara, porque, pelo visto, o governo que esperar o semestre que vem para esfriar esses assuntos e poder seguir o seu governo a serviço de uma minoria da cidade de Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (REP): A Ver.^a Fernanda Barth está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA FERNANDA BARTH (PODE): Boa tarde a todos que nos acompanham nas redes sociais, na TVCâmara, no YouTube e no plenário. Então, hoje,

tinha tantas coisas que eu gostaria de poder falar no meu tempo de liderança e eu fui obrigada a escolher uma só. Aí eu a considerei simbólica, muito relevante, e é realmente a decisão da justiça gaúcha que revogou a prisão preventiva de Anderson Fernandes Lemos, de 40 anos, homem que matou uma policial civil com um tiro na cabeça em abril do ano passado. Resumindo: na decisão da 1ª Vara Criminal da Comarca de Rio Grande, a juíza Paula Cardoso Esteves entende que não houve intenção, por parte do réu, de matar a servidora; apenas resistência à abordagem. A resistência à abordagem foi feita disparando contra o rosto da pessoa. Imagina se fosse um policial no lugar do criminoso, se o policial tivesse atirado no rosto do criminoso, em direção ao rosto, se isso iria ser considerado uma abordagem equivocada? Não, mas a polícia tem que aguentar esse tipo de coisa. A decisão é de 28 de abril deste ano, mas gerou repercussão e indignação por parte de integrantes da Polícia Civil, aos quais eu presto aqui minha inteira solidariedade.

Na sexta-feira, o Ministério Público do Estado afirmou que já recorreu da decisão. Na denúncia, a instituição acusou o réu por seis tentativas de homicídio contra Aline e demais policiais. Além de tudo aquilo que o nosso colega Ver. Tiago Albrecht colocou aqui das sequelas enfrentadas por essa policial, heroína, nos choca muito que hoje o Brasil está imerso nesse caldo de bandidolatria e garantismo que trata o bandido como se fosse vítima; e o policial que está lá para defender a sociedade que não é criminosa, é colocado sempre com viés de criminoso, de bandido, de violento, de opressor. É o contrário meus amigos! Desde o advento da audiência de custódia – que, para mim, como se dá é uma aberração –, todo processo de julgamento foi deturpado no nosso País. E aqui eu falo da Polícia Civil, mas eu também falo da Brigada Militar, eu falo de toda autoridade policial que é humilhada diariamente neste País ao prender uma pessoa de manhã e essa pessoa ser colocada em liberdade de tarde, a ponto de transformar o trabalho num mero tédio de prende e solta das mesmas pessoas, isso é desestimulante para quem trabalha na área. A gente vê uma parte do Judiciário do nosso País, infelizmente, contaminado ideologicamente, o que desequilibra completamente a balança da justiça. Isso faz com que os policiais, os homens da lei, os homens da justiça, aqueles que devem servir à sociedade e manter a ordem sejam perseguidos, humilhados, tenham retirada de prerrogativas, vivam, sim, com medo de ter uma atitude veemente em relação a um criminoso e de serem penalizados por cumprirem a sua função. E eu quero que vocês percebam o clima que vai sendo criado: aos poucos, o trabalho se torna inútil, porque eu prendo e eles soltam; eu pego o bandido, determinado juiz vai lá, passa a mão na cabeça, vitimiza o bandido e o solta. Nós chegamos a um nível de tornar irrelevante o trabalho desses homens da lei, e eu digo para vocês que eu vejo objetivo nisso, porque isso é tão desestimulante que acaba fazendo com que quem trabalha na ponta, na área da segurança, se sinta desmotivado a fazer aquilo que se formou para fazer, que é defender a sociedade contra o crime.

Por outro lado, e para concluir, Presidente, isso serve a uma parcela da esquerda que quer a extinção do serviço público de segurança, a extinção da Polícia Militar, a extinção do cidadão de bem armado, a extinção da defesa da sociedade contra o crime, a um ponto em que todos nós sejamos reféns de criminosos. Falta pouco para

esse dia chegar no nosso País, por isso que é tão importante nós termos programas como o Piseq estadual e o Piseq do Município, que destinam parte dos recursos dos impostos para a melhoria dos serviços de segurança pública, para aparelhamento, treinamento, proteção, enfim, tudo aquilo que possa ser feito na polícia para que a sociedade tenha segurança. Parabéns à toda a sociedade civil empenhada nisso; parabéns ao Instituto Cultural Floresta e a todos aqueles homens e mulheres da segurança pública que diuturnamente colocam suas vidas em risco, por salários mínimos, ínfimos, e ainda tomam um tiro na cara, e vai ter juiz dizendo que é mera resistência de bandido. Inaceitável.

(Não revisado pela oradora.)

(O Ver. Hamilton Sossmeier reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pelo governo.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, Ilacir, nosso grande contador lá da Zona Norte, aqui na Câmara se ouve cada coisa, e as pessoas podem ou não precisam responder. Eu não vou responder ao Ver. Robaina, por exemplo. Por que eu não vou responder ao Ver. Robaina? Porque eu pensei que era um disco gravado, ele não tem mais nada o que dizer e repete todos os dias a mesma coisa! Robaina, o senhor quer que eu procure outra pauta, nós vamos dar um jeito, vou procurar uma pauta nova, porque está ficando chato esse seu disco repetindo, repetindo, e ainda o Robaina quer fazer licitação de aluguel! O senhor já ouviu isso em qualquer lugar do mundo, vereador? Não, porque não se faz licitação para alugar, porque os espaços são diferentes, os locais são diferentes, as atividades são diferentes, não tem como fazer. O senhor pode discutir o preço, mas o mercado... O senhor não gosta do mercado, então isso também eu não discuto; não gosta do mercado, ideologicamente não gosta do mercado, então o que eu vou discutir com o Ver. Robaina sobre isso, Cassiá? Ele não gosta do mercado, o aluguel se rege pelo mercado, e ele quer fazer licitação. Mas isso até que foi uma nova narrativa. Ver. Gilson, não é de narrativa que eles vivem? Então uma nova narrativa, e nós estamos acostumados aqui com narrativas; acostumados, mas não concordando. Não concordamos com isso, porque essa tal de narrativa do Ver. Robaina, na CPI, nós vamos ver; tanto é que eu sou a favor da CPI, que eu mesmo pedi. Eu pedi, porque nós não temos nenhum problema de esclarecer essas coisas, só que tem que ser bem feito. Assinatura, por exemplo: se faz assinatura numa, não pode fazer na outra, porque se faz nas duas, uma anula a outra. É isso que acontece. Se dependesse do pedido outro, não haveria CPI, porque as assinaturas não batem.

Eu quero falar sobre uma outra coisa que aconteceu nesse final de semana, que vem acontecendo cada final de semana: a esquerda perde um País, perde um comando; perdeu na Espanha por uma derrota avassaladora, e ontem a Grécia derrotou a

esquerda de novo, deu uma surra na esquerda, diminuiu ainda mais a representatividade da esquerda. A Itália já fez isso, e a primeira-ministra da Itália está com 78% de aprovação, até comunista está aprovando ela; a ex-prefeita de Roma fez um grande elogio à Dra. Meloni, só que a ex-prefeita de Roma é comunista, e a Meloni é do partido de extrema direita. Então, Ver.^a Biga, nós temos que olhar aquele nosso pessoal, os comunistas não podem ser derrotados todo fim de semana, em todos os lugares do mundo. Portugal, que é nosso amigo, o Partido Socialista português está na iminência de levar uma surra da direita – vai levar! E aqui, na América Latina, nós temos uma coisa que é mais importante, ou mais peculiar: o presidente do Chile, que era visto – e ele é –, de esquerda, se negou a ficar na janta do Lula porque o Lula estava com o Maduro como hóspede principal. O presidente do Uruguai, que não é esquerda louco como esse da Venezuela também não ficou, e a dona Janja, que tinha feito uma *live* com o cozinheiro que iria preparar a janta para os presidentes ficou com os pratos vazios na mesa porque não havia convidados. Não foram! O tal do jantar não aconteceu; os presidentes não quiseram ficar no jantar do Lula e da Janja. O governo Janja/Lula não está atraindo nem os presidentes da América Latina. Acho que isso é uma reflexão que nós todos temos que fazer. Nós já fizemos, mas tem muita gente que ainda precisa começar a se ligar: o que é que está acontecendo com seis meses desse governo que ainda não assumiu e não sabe o que vai fazer. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (PL): Boa tarde, Presidente Hamilton, demais vereadores, público que nos assiste pela TVCâmara, público das galerias, nas redes sociais, como meu antecessor falou. Quero continuar aqui o discurso que fiz na semana passada, falando da narrativa. Depois que eu escutei o presidente do País falando que é tudo uma questão de narrativa, que o presidente da Venezuela devia fazer uma narrativa dizendo que ele não é um ditador e que está tudo bem na Venezuela, que as milhares e milhares de pessoas que abandonam a Venezuela atrás de um prato de comida, é tudo narrativa, eu me preocupei muito, porque me preocupo com o meu País, e comecei a pesquisar um pouco das narrativas do governo federal. Quero falar de uma última narrativa a qual prestei bastante atenção, por que a narrativa sempre, do PT, bem como de outros partidos de esquerda, é que eles trabalham e se preocupam com os trabalhadores, os operários, as classes mais pobres. E aí, aqui na Câmara tenho escutado o discurso dos vereadores da oposição dizendo que o governo Melo está subsidiando o transporte público, colocando recursos no transporte público, que está errado porque está dando dinheiro para o empresário, que devia colocar esse dinheiro na educação, na saúde. E aí eu vejo a narrativa do governo federal que, ao invés de incentivar o transporte público, incentiva o transporte individual. Sim, incentiva o transporte individual, porque está dando recursos financeiros para as montadoras venderem carros populares mais

baratos, carros populares. “Ah, mas é para o povo que ganha menos, que ganha um salário mínimo comprar um carro popular”. Sim, só que um carro popular custa R\$ 120 mil, R\$ 80 mil. Eu não conheço ninguém da periferia, pobre, comprando carro zero de R\$ 120 mil. Essa narrativa não combina com a realidade do nosso País. A narrativa é: “Nós estamos dando recursos para os pobres comprarem carros populares”. Na verdade, não é isso, estão dando incentivo fiscal para as montadoras. E sabe quem vai pagar esse incentivo fiscal, Presidente? O povo pobre, o povo da periferia, porque, ao mesmo tempo em que ele vai dar o dinheiro para as montadoras, ele vai retomar o imposto do *diesel* antecipadamente, o *diesel* vai subir para dar o dinheiro para as montadoras, com a narrativa “vou ajudar os pobres a comprarem carros novos”. Agora, me digam – os vereadores do PT podem subir aqui depois e dizer –: um operário que ganha um salário mínimo, a pessoa pobre da periferia vai comprar um carro de R\$ 120 mil? Gostaria muito que eles tivessem condições de comprar, mas, infelizmente, não têm; mas eles vão pagar essa conta, porque o imposto no *diesel* vai aumentar o transporte público, que é o que eles usam, vai subir o feijão e o arroz que está na mesa, porque tem a logística e o transporte de carga, gastando mais com *diesel*. Isso vai ser pago pelo senhor e pela senhora que estão em casa, que têm o seu salário mínimo contado para comprar o arroz e o feijão. Então tudo é narrativa do Presidente do nosso País. “Nós vamos construir uma narrativa de que vamos baixar os valores dos carros, incentivando a compra de carros populares”, mas esse incentivo nada mais é do que dinheiro para as montadoras, e quem vai pagar a conta é o senhor, é a senhora que está em casa, na hora de comprar o arroz, o feijão, na hora de pegar ônibus. Ao invés de usar esses recursos... Os vereadores do PT, do PSOL, do PCdoB, aqui na Câmara, dizem que o governo Melo não deveria botar dinheiro no transporte público porque hoje o preço da passagem está nesse valor e não subiu, líder do governo, porque tem incentivo, sim, da Prefeitura, para baixar o valor da passagem para a pessoa que mora periferia poder usar transporte público, e o governo federal, com a sua narrativa de que vai ajudar os pobres, investe no transporte individual – ao contrário do mundo inteiro que investe no transporte público e no transporte coletivo – para botar dinheiro nas montadoras com a narrativa de que “estamos baixando o preço dos carros populares para o cidadão que ganha pouco”. Essa é a narrativa! Este é o País que escolheu, infelizmente – e não com o meu voto –, um presidente das narrativas e não um presidente que se preocupa com o povo brasileiro. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Vereadores, vereadoras, eu voltei à tribuna, dessa vez que o nome do PSOL, porque o líder do governo diz que nós estamos – usa essa expressão –, repetindo os assuntos. O líder do governo foi quem protocolou uma Comissão Parlamentar de Inquérito, então se o seu pedido é sério, é um tema que nós vamos abordar muito aqui na Câmara dos Vereadores, porque se trata de

uma investigação necessária sobre compras, sobre as quais nós estamos afirmando que pelo menos existem indícios claros de irregularidades. Não é pouca coisa! E nós também estamos questionando, sim, por que não, se em tese nem todos cumprem essa obrigação, eu creio que essa obrigação deve, sim, ser cumprida, pois o papel de um vereador ou de uma vereadora é fiscalizar o Executivo. Levamos na sexta-feira ao Ministério Público de Contas o questionamento sobre a licitação desse prédio cujo custo para a Prefeitura é de R\$ 50 mil ao mês, R\$ 600 mil ao ano, e já foi renovado por mais um ano. E o líder do governo vem aqui e faz uma intervenção dizendo que não precisa licitação. Com a sua experiência de empresário – não sei exatamente suas relações empresariais, se teve relação com o setor público –, o líder do governo ou não conhece a legislação ou está induzindo ao erro a sociedade e os vereadores e vereadoras, porque a aquisição de locação, contrato de locação, pela legislação vigente - não mudou essa legislação -, necessita, sim, de licitação. E pelas duas leis em vigor: uma lei antiga, a [Lei nº 8.666](#), que define... Se quiser, Ver. Cecchim, a gente pode ler para os vereadores, porque senão o senhor induz a própria base do governo ao erro. No art. 2º, isso é absolutamente claro: é preciso, sim, licitação. E a nova legislação que é de agora, de 2020, a nova legislação é ainda mais clara na [Lei nº 14.133](#), no art. 51, e na seção 4, que trata única e exclusivamente da locação de imóveis, que diz que é preciso, para fazer o contrato com terceiros, a administração pública fazer licitação. E a Secretaria Municipal de Educação contratou um imóvel, numa zona importante da cidade, por um valor altíssimo, num projeto de construção, num prédio cuja finalidade inicial era contratar, alugar para um centro comercial, veio a pandemia, os proprietários da Projebras provavelmente não conseguiram fazer, cumprir o seu objetivo de alugar aquele imóvel para fazer um centro comercial, e veio a Prefeitura e alugou o imóvel por R\$ 50 mil, quando existem centenas de imóveis, com a mesma metragem, com qualidade similar, pela metade do preço; E o governo diz: tudo bem, R\$ 25 mil reais a mais por mês não tem problema nenhum. Como não tem problema nenhum R\$ 25 mil a mais por mês? Como não tem problema nenhum o desperdício de R\$ 600 mil ao ano? Podemos falar dos R\$ 600 mil; podemos falar dos R\$ 2,3 milhões. Nós vamos insistir, porque teve um contrato de R\$ 2,3 milhões com uma empresa que sequer propaganda faz, de propriedade de uma terapeuta reikiana com vida modesta. Então nós vamos insistir, sim, se não teve laranja; nós vamos insistir, sim, se não teve essas compras, não por falta de planejamento, se teve planejamento para comprar, planejamento para comprar! Então o governo tem que tratar de modo sério, e o governo não tem tratado de modo sério. Então o que eu vejo é que nós, sim, devemos fazer o debate, porque infelizmente o governo, além de administrar mal, além de ter indícios de irregularidades no terreno moral, é um governo cuja defesa é o que o líder do governo fez aqui: o líder do governo, Presidente Hamilton, veio à tribuna e disse: “Não, não vamos falar de educação, não vamos falar sobre este assunto que o Robaina está repetindo o tempo inteiro, vamos falar das eleições na Itália”. Aí resolveu elogiar a atual primeira-ministra italiana, a Meloni, que é do partido fascista. Grande resultado! É por isso que, quando nós falamos que o governo Melo tem uma orientação bolsonarista, nós não estamos fazendo uma discussão para polarizar e buscar eleitoralmente, não, é que o

governo tem uma orientação bolsonarista e o líder do governo tem como referência essa fascista que ganhou a eleição na Itália, ou tem como referência o Vox e o PP na Espanha que são os herdeiros do franquismo, da ditadura de Franco. Eu não sabia que o Cecchim já tinha agora aderido completamente... Eu sabia que ele tinha gostado do Bolsonaro, gostado do Onyx, inclusive deixado o vice do seu partido na chapa do Eduardo Leite, e ele foi lá junto com o Onyx, entusiasmado com Bolsonaro. Mas agora eu vejo para o líder do governo está entusiasmado por qualquer vitória da extrema direita, e é lógico que a extrema direita pode vencer eleições, a extrema direita pode, sim, vencer eleições, o problema é que nós temos uma extrema direita que hoje disputa eleições, mas que amanhã, se se consolidar como extrema direita com capacidade de governar, com capacidade de hegemonizar, vai abandonar os processos eleitorais. Ou o Sr. Cecchim esqueceu a experiência do nazismo e do fascismo ou nunca deu bola para essa experiência. Deveria dar, deveria dar porque o senhor é de uma extração que vem da colonização italiana, e me admira, depois dos estragos que o fascismo fez na Itália, dos estragos que o fascismo fez na Alemanha, o senhor vir aqui, graciosamente, elogiar a extrema direita italiana e dizer que é um exemplo de vitória. Para nós não é, o fato de ter ganho uma eleição é só sinal de tempos difíceis que nós temos, como nós temos tempos muito difíceis, nós necessitamos, sim, a máxima unidade para derrotar projetos como este.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação requerimento de autoria desta presidência, solicitando alteração na ordem dos trabalhos, para que passemos, imediatamente, ao Grande Expediente. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Ver. Giovani Culau está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Presidente, colegas vereadores e vereadoras, considero que esta Casa, ao se reunir nesse início de semana, não poderia deixar de refletir sobre as manifestações do vice-prefeito desta cidade feitas em entrevistas na manhã de hoje. O vice-prefeito da cidade disse que: “o estoque dos materiais tem sido noticiado como um tema de desperdício; na verdade, não há desperdício”. Vereadora Biga, ao ler e a ouvir uma manifestação como essa, só posso imaginar que nós estamos diante de uma piada de péssimo gosto. Chega a ser uma zombaria com esta Câmara de Vereadores, com a cidade de Porto Alegre. Eu digo isso porque é evidente que há desperdício, e precisam ser analisadas inclusive as suspeitas de corrupção, mas desperdício é evidente que há. Ao longo das últimas semanas, muitas foram as denúncias de que os livros comprados pela Prefeitura com investimentos de milhões de reais estão repletos de erros, erros de tabuada, Ver.^a Karen. Um investimento de milhões de reais de recursos públicos na compra de livros que contêm erros de tabuada são outra coisa que não desperdício? Não consigo compreender essa manifestação. O que dizer então dos materiais estocados de forma precária que estão vencendo nos depósitos da Prefeitura? Tem outra definição para isso que não desperdício de recursos públicos?

O que nós podemos dizer, Ver.^a Fran Rodrigues, da aquisição de materiais sem o planejamento com os professores, com as professoras, com a rede, que faz com que eles fiquem subutilizados. Uma manifestação como essa, depois de a versão inicial do governo ser de responsabilização dos professores e professoras, só sinaliza, na minha interpretação, que há ainda um grande descontrole da Prefeitura e um descaso quando o assunto é educação.

Mas eu me inscrevi, Presidente, em tempo de Liderança, para poder compartilhar com esta Casa uma reflexão sobre a situação da juventude em Porto Alegre. Muitas vezes, subi a esta tribuna... Eu dialogava com a Ver.^a Fran, porque é uma jovem vereadora que assume e está hoje conosco aqui na Casa, e nós falávamos sobre a situação de desemprego da juventude, os impactos da crise da educação na juventude da nossa cidade, os impactos da crise do transporte na juventude da nossa cidade. Em mais de uma oportunidade, ocupei esta tribuna para dizer dos 80 mil estudantes que perderam o TRI em Porto Alegre, mas nós precisamos falar também sobre quais são as opções de lazer para a juventude da nossa cidade. Quais são as opções de lazer e de vida noturna para a juventude da nossa cidade, Ver. Ramiro? Quais são as opções de lazer, de vida noturna para a juventude de Porto Alegre, que não tem condições de pagar entrada num evento privado? Porque nem toda juventude tem condições de acessar os estabelecimentos do 4º Distrito, Ver. Ramiro, nem todo jovem, na nossa cidade, tem. Por isso, Presidente, que eu considero desastroso o decreto publicado pelo prefeito Melo que proíbe som na orla a partir das dez da noite, que proíbe comercialização e consumo de bebidas e que sinaliza com o uso do aparato da segurança para repressão. É esse o projeto que o Melo tem para apresentar para a juventude? Mais uma vez o Executivo usa de tragédias para buscar apoio para suas medidas autoritárias. A medida de Melo não garante segurança, não garante segurança! Não adianta que crimes como aconteceram dias atrás na orla aconteçam em outros lugares. A grande verdade é que as consequências desse decreto – para encerrar, Presidente – são evidentes. Um jovem da nossa cidade que, na Lomba do Pinheiro, na Restinga, não tem opções de ocupação dos espaços públicos à noite, não pode usar, sequer, a orla, onde foram investidos mais de R\$ 400 milhões, e agora quer se acabar com a ocupação noturna desse espaço. Eu penso, por isso trago agora para o debate, que esta Câmara não pode aceitar que uma medida dessas tenha sido tomada sem sequer esta Câmara ter sido ouvida, sem sequer a juventude, quem ocupa a orla, ter sido ouvida. Esse não é o governo do diálogo. Qual foi o diálogo, Presidente, estabelecido para publicação desse decreto? Todo mundo que ocupa a orla quer que a orla seja segura, e vamos, juntos, pensar medidas para garantir a segurança, mas não vamos permitir que só possa ocupar a orla quem tem condições de pagar evento privado, porque a proibição de comercialização de bebidas não atinge, se fizer um cercadinho e cobrar ingresso para acessar o espaço público. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Claudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Sr. Presidente, colegas vereadores, público que nos assiste; Ver. Giovani, eu sou um admirador de algumas causas suas, mas eu quero dizer que nessa causa, não digo que esteja errado, mas o senhor está meio equivocado. Nós não estamos falando em fechar a Usina do Gasômetro, o Parque do Gasômetro, orla 1, orla 2, orla sei lá do que. Nós estamos falando que tem que acabar, pois não podem duas vidas serem ceifadas na orla do Guaíba, não pode as pessoas perderem a tranquilidade na orla do Guaíba, já que as pessoas estão bebendo na orla do Guaíba, assim como não pode beber nas portas de estádio de futebol também. Nós estamos falando sobre isto: a orla do Guaíba vai poder ficar funcionando 24 horas por dia, o que não pode mais é essa arruaça que há na orla do Guaíba, de baderna, pode-se dizer assim. Foram duas vidas ceifadas na orla do Guaíba. Eu já chamei o adjunto da Secretaria de Segurança aqui, até porque eu acho que é um absurdo, nos momentos que há aglomeração de povo, a Guarda estar fazendo outras coisas que não seja estar no lugar onde tem que estar, na aglomeração do povo, e não só na orla do Guaíba, porque nós tivemos incidentes, Giovane Byl, na Praça México, num evento que foi realizado lá, e, depois, houve um incidente onde uma pessoa foi morta na Praça México. Isso vem acontecendo em vários parques de Porto Alegre, onde tem que ter a circulação da Guarda Municipal. A Guarda Municipal não é para estar fechando bares, restaurantes, de noite. A Guarda Municipal é para estar nesses pontos. Agora, nós não podemos liberar o *kit* na orla do Guaíba, pois tem gente que sabe beber, tem gente que não sabe beber; tem gente que sabe fumar, tem gente que não sabe fumar; tem gente que sabe se comportar sóbrio e tem gente que não sabe se comportar sóbrio. Nós temos que ter é segurança pública nesses pontos públicos. E principalmente precisamos colocar em prática um projeto aprovado por esta Casa, que conseguiu identificar rapidamente os autores dos assassinatos, e esperamos que isso ocorra em todas as praças de Porto Alegre, que é o cercamento eletrônico das praças de Porto Alegre. Precisamos disso! Só que até lá nós temos que regulamentar essa questão dos *kits*, temos que regulamentar essas questões dos carros. E isso, Ver. Giovane, eu falo para o senhor porque o senhor é o mais jovem aqui desta Casa, aconteceu com o Bom Fim - os mais antigos devem lembrar disso, de ouvir falar muito dessa questão do Bom Fim -, isso aconteceu na Cidade Baixa e isso está acontecendo agora no 4º Distrito, porque as pessoas adoram ir para a casa dos outros fazer festa, mas quando é na sua casa as pessoas não gostam. Então, quando foi a invasão do Bom Fim, ouvi falar isso na década de 80, de 90, o pessoal reclamou. Aí foi transferida a questão para a Cidade Baixa, também deu reclamação. Aí foi transferida para o 4º Distrito. Agora está indo para a orla e tem a reclamação das pessoas. Isso é o que ocorre nas terreiras de batuque, quando há muito *kit*; ocorre a mesma coisa, tanto é que os pais de santo, as mães de santo, hoje em dia, estão limitando o número de *kits*, porque é muito *kit* na terreira de batuque. Aí, depois, o santo vai embora, o exu vai embora e ficam os humanos, e aí a bagunça começa.

Então, nós temos que ter um regramento para o consumo de bebida na orla do Guaíba. E nada como proibir tudo e começar a regradar de novo. Tem que haver um

regramento, mas, principalmente, a fiscalização da Guarda Municipal, não só na orla do Guaíba, não só na Redenção, mas em todas as praças de Porto Alegre. Esse é o papel da Guarda, estar presente nos locais públicos, estar presente nas manifestações públicas e principalmente nas praças e parques da nossa cidade. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Passamos ao

GRANDE EXPEDIENTE

O Ver. Jessé Sangalli está com a palavra em Grande Expediente.

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (Cidadania): Boa tarde a todos. Bem, vocês sabem o quanto eu me dedico à questão da mobilidade; testemunharam a questão daquele asfaltamento que nós fizemos ali no final da Av. Antônio de Carvalho, naquele trecho de um quilômetro do prolongamento da Av. Ipiranga, que se encontra entre a Av. Antônio de Carvalho e a Rua Beco dos Marianos. Desde que a cidade de Porto Alegre existe, aquele trecho não tinha asfalto, foi asfaltado através das minhas emendas impositivas. Entretanto, a gente sabe que aquele acesso local, o asfaltamento do trecho de um quilômetro da Av. Ipiranga, embora seja muito importante para as pessoas que lá moram, não resolve o problema da mobilidade das pessoas que se deslocam vindos da Av. Bento Gonçalves, da Zona Leste de Porto Alegre, e da cidade de Viamão. Então, já que o reitor da Universidade não permitiu que nós utilizássemos o trecho dentro da Universidade para melhorar a mobilidade daquela região, nós voltamos à planilha de planejamento e buscamos alternativas para resolver o problema do gargalo da mobilidade ali daquele nó da Av. Bento Gonçalves, Av. Antônio de Carvalho e Av. Ipiranga. E nós conseguimos encontrar uma solução para a qual eu destinei, no final do ano passado, emendas impositivas para a construção do projeto. Só para explicar para as pessoas que gostam da mobilidade e conhecem aquela região: nós sabemos que, todas as manhãs, milhares de pessoas ficam trancadas no congestionamento da Av. Bento Gonçalves, que se projeta desde a Av. Antônio de Carvalho, passando pela Lomba do Pinheiro e, muitas vezes, indo até o Parque Saint'Hilaire no município de Viamão. Por quê? Nós observamos do congestionamento na RS-040, na Av. Bento Gonçalves, mas, muitas vezes, não nos damos conta que o problema do congestionamento se encontra no gargalo daquele entroncamento – Bento Gonçalves, Antônio de Carvalho e Ipiranga. E nós chegamos à conclusão, através de planilhas computadorizadas, que fizeram simulação de escoamento, que se nós fizermos duas intervenções na Av. Antônio de Carvalho, Bento Gonçalves e Ipiranga, nós resolvemos o problema do congestionamento daquela região. A primeira sugestão que está em análise de projeto por parte da EPTC e Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana, é construir uma ponte em diagonal, atrás do terminal de ônibus Antônio de Carvalho. Não sei se vocês já se deram conta, mas o terminal de ônibus Antônio de Carvalho é um terminal de ônibus que está deslocado, relativamente, ao fluxo

de veículos. Os ônibus têm que, literalmente, sair da sua trajetória para passar pelo terminal de ônibus para, depois, voltar para sua trajetória e fazer as baldeações ou coisas nesse sentido.

Então, para resolver esse problema, nós decidimos levar o terminal de ônibus para o centro do anel viário, fazendo com que exista uma ponte em diagonal, atrás do terminal de ônibus Antônio de Carvalho, de modo que os veículos que estão vindo pela Av. Bento Gonçalves possam derivar para a Av. Ipiranga, de maneira mais suave. Hoje, o que acontece? Os veículos vêm pela Av. Bento Gonçalves, derivam à direita para entrar na Av. Antônio de Carvalho e, ao entrar à esquerda na Av. Ipiranga, tem um grande cotovelo ali, que limita a velocidade de escoamento de veículos. Isso, no horário de pico, gera reflexos que vão se projetando até a Lomba do Pinheiro e até o Parque Saint'Hilaire, no município de Viamão. Se identificou que aquele gargalo poderia ser resolvido melhorando a derivação da Av. Bento Gonçalves para a Av. Ipiranga. Portanto, destinei, no final do ano passado, emenda impositiva para a construção do projeto da ponte que vai ficar atrás do terminal de ônibus Antônio de Carvalho. E tem o compromisso, tanto do Cezar Schirmer quanto do prefeito Melo, de incluir essa intervenção num financiamento internacional, que já foi aprovado pela Câmara, tão logo seja concluído o projeto. A engenheira Carla, da Prefeitura de Porto Alegre, já me confidenciou que o edital para contratação do projeto executivo já está nas suas fases finais. Logo, a Prefeitura está de fato empenhando as emenda impositivas que eu destinei, como vereador, para fazer o projeto. Então, essa seria uma solução, construir a ponte atrás do terminal de ônibus Antônio de Carvalho, de modo a diminuir esse gargalo no acesso da Av. Bento Gonçalves à Av. Ipiranga – esse é um aspecto. E foi exigido pela Prefeitura de Porto Alegre uma outra intervenção para ajudar, como se fosse nesse binário, como se fosse nesse anel viário da Av. Antônio de Carvalho com a Av. Bento Gonçalves e Av. Ipiranga, que seria a construção de uma ponte junto à Rua Attílio Bilibio. Vocês que estão vindo do centro de Porto Alegre em direção à Viamão, se quiserem, por exemplo, subir na Av. Antônio de Carvalho, tem que vir pela Av. Ipiranga e quando chega na última curva da Av. Ipiranga, vocês costumam pegar congestionamento porque lá, à frente na Av. Antônio de Carvalho, existe uma grande confusão de veículos que vai para um sentido, que vai para outro, que tenta fazer a conversão naquele ponto. Então a EPTC e a Secretaria de Mobilidade, nesse grande projeto para resolver o problema do nó da Antônio de Carvalho, exigiram também que nós destinássemos emendas impositivas para construção de uma ponte junto à rua Attílio Bilibio. Então os veículos que estão retornando, no final do dia, para Viamão ou mesmo para Zona Leste de Porto Alegre, se quiserem subir a Av. Antônio de Carvalho, não vão precisar ir até a Antônio de Carvalho, eles vão poder sair na Rua Attílio Bilibio, algumas quadras antes de chegar naquele entroncamento. Então essa solução, tanto da ponte ao lado da Av. Antônio de Carvalho no sentido de quem vem de Viamão e Zona Leste para o Centro, vai resolver o sentido bairro-centro. E a ponte Attílio Bilibio vai resolver o sentido contrário, sentido de quem está vindo do Centro de Porto Alegre em direção à Zona Leste ou mesmo à Zona Norte de quem vai ali para Av. Antônio de Carvalho.

E surgiu uma alternativa também já que agora – quem puder olhar no mapa vai ficar um pouco mais claro – a derivação da Av. Bento Gonçalves para a Av. Ipiranga vai se dar pela ponte atrás do terminal de ônibus da Antônio de Carvalho, aquela perna de derivação da Av. Bento Gonçalves para a Av. Ipiranga/Antônio de Carvalho vai ficar inativa, e, naquele ponto, nós vamos fazer a inversão do fluxo. Então nós vamos ter uma saída, uma conexão, uma solução para aquele nó muito mais lógica, aproveitando melhor o entroncamento e os fluxos naturais dos veículos que se deslocam por lá.

Só para deixar claro qual foi a minha participação, além de ter dado a ideia das intervenções, eu destinei R\$ 500 mil das minhas emendas impositivas para execução de projeto que, como testemunhei, a secretária Carla já mencionou que estão em fase final de elaboração para contratação de projeto no mercado. E tem uma outra intervenção que eu preciso testemunhar aqui, fico muito feliz de a Prefeitura ter abraçado junto comigo essa intervenção: vocês, que circulam aqui pelo Centro, sabem do problema dos congestionamentos na saída do Centro em direção à Zona Sul, e basicamente nós temos duas saídas do Centro de Porto Alegre para a Zona Sul, que é aquela saída pela Av. Mauá, que vai pelo Gasômetro em direção à Zona Sul, e a saída do centro pelo túnel da Conceição. Nós sabemos que o túnel da Conceição era a principal saída do Centro de Porto Alegre e, no entanto, os veículos que saem pelo túnel da Conceição têm um grande problema na hora de fazer a confluência daquele pessoal que vem do Rosário. O que acontece? Nós temos, na saída do túnel da Conceição, os ônibus à esquerda na faixa azul, os veículos que ficam à direita do túnel da Conceição, e todos aqueles veículos que saem tanto da Independência, que entram entre a

Universidade Federal e aqueles prédios residenciais, que todos confluem para o mesmo ponto. Qual foi a minha sugestão? Eu destinei emendas impositivas também para realizar o projeto de construção de uma pista de ônibus à esquerda, ali na saída do túnel da Conceição, para retirar esses veículos que fazem essa confluência dentro da Rua Sarmiento Leite ali, de modo que esses ônibus que saem do túnel da Conceição já possam cair direto dentro da Av. Osvaldo Aranha. A EPTC fez cálculos de mobilidade, fez a avaliação do gravame da pista, e disse que comporta também naquele local espaço para veículos automotores. Então eu destinei R\$ 250 mil das minhas emendas impositivas, mais R\$ 50 mil do Ver. Alexandre Bobadra, e a deputada federal Any Ortiz comprou a ideia da cidade de Porto Alegre, proposta por mim, e destinou R\$ 1,4 milhão de emendas que ela tem direito como deputada federal para aquela intervenção. O prefeito deu acordo na intervenção; hoje mesmo eu estive lá conversando com o prefeito e a deputada Any, confirmando que a cidade se inscreveu no Ministério das Cidades para ter acesso a esse dinheiro. Então são duas soluções; uma de baixo custo e uma de alto custo que, com certeza, vão trazer melhoria no deslocamento de veículos, tanto na saída do centro de Porto Alegre, pelo viaduto da Conceição, quantas para as pessoas que se deslocam ali pelas avenidas Antônio de Carvalho, Bento Gonçalves e Ipiranga. Espero que esses dois temas tenham ficado claros. Fiz um convite ao prefeito Melo, ainda na reunião de hoje, para que ele possa visitar aquelas intervenções pontuais que eu solicitei, ao lado do Ver. Giovane Byl e do Ver. Alexandre Bobadra, lá na Av. Protásio Alves, nos gargalos de

mobilidade que nós podemos observar também pelas zonas rurais de Porto Alegre, só que agora pela Av. Protásio Alves, de quem vem do Caminho do Meio, Alvorada e Viamão. Nós já fizemos aquelas invenções junto às avenidas Paraíso, Delegado Ely Corrêa Prado e Moema, mas faltou ali um trequinho de cerca de 500 metros que conecte a Av. Protásio Alves, na derivação da Delegado Ely Corrêa Prado, como a Av. Moema. Então eu marquei com o prefeito, nós vamos fazer uma vistoria lá junto com o Ver. Byl, o Ver. Bobadra e eu, para mostrar ao prefeito como é importante que se faça uma terceira pista naquele trecho, de modo a permitir que a EPTC possa fazer o que faz, por exemplo, na descida da Av. João de Oliveira Remião ou mesmo ali da Av. Oscar Pereira, onde tem uma terceira faixa reversível, permitindo que os veículos que vêm de manhã possam seguir em pista dupla em direção ao Centro, e que voltem no final do dia em pista dupla em direção à Zona Leste, Viamão e Alvorada, pelo pessoal que vai ali pelo Caminho do Meio e Protásio Alves. São as intervenções que eu tenho para falar neste momento, agradeço a todos pela oportunidade e, Presidente, obrigado por ter adiantado o horário para falar sobre esse tema. Sobraram três minutos, mas eu deixo para a próxima intervenção, na próxima entro em Comunicações. Obrigado, tamo junto!

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra em Grande Expediente.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Presidente Sossmeier, vereadoras e vereadores; o Ver. Jonas solicitou que eu não fale os 15 minutos! Mas por isso foi dado o Grande Expediente, Ver. Jonas! Haveria muitos assuntos para falar hoje aqui, mas eu quero dar uma fugidinha da coisa normal. Ver. Oliboni, V. Exa. estive comigo no sábado à noite na Igreja São Jorge, fomos à missa e depois a uma confraternização com o padre Belmonte, os dois padres “sérgios”. Eu estou falando isso aqui, porque esse padre não tem – pelo menos aparentemente – preferência partidária, mas valoriza os políticos. Poucos padres tem essa coragem que o padre Belmonte tem; ele fala que é necessário valorizar os políticos, acho que isso precisa ser registrado. Eu queria fazer daqui uma saudação ao padre Belmonte, à Igreja São Jorge, aos voluntários que ajudaram na festa da Igreja São Jorge, ao sincretismo religioso que tem lá nessa igreja, e dizer que isso é um bom exemplo para as demais.

Hoje pela manhã eu estive com o prefeito num café da manhã oferecido pelo almirante, comandante da Marinha de Rio Grande, que estive aqui em Porto Alegre, na Capitania dos Portos, e apresentou o projeto da construção da Escola da Marinha, e ele disse muito bem, é escola da Marinha que não é para a Marinha, é para atender à população. Os dados foram mostrados, a escola será aqui em Porto Alegre, no 4º Distrito – o Ver. Rosário não está aqui, mas a escola será no 4º Distrito e vai atender às pessoas da cidade e do Estado, dando qualificação. O mercado, flutuação viária para as águas interiores – não para o alto-mar, mas para águas interiores –, onde todos precisam ter essa qualificação para ser cozinheiro de navio, para ser piloto de lancha, de *jet ski*; é

interessante para a segurança de todo mundo, isso é um baita do mercado de trabalho. Então, uma saudação, um aplauso à Marinha Brasileira, que se preocupa com a qualificação. Essa escola terá desde acomodações para aqueles jovens que vêm do interior para fazer esse curso, que dura três meses, alimentação é gratuita, e aqueles que podem pagar, veja bem, a inscrição custa R\$ 8,00 e a carteira R\$ 28,00, praticamente de graça. Isso pode dar a qualificação para muitos jovens e também para muitos adultos, tanto de Porto Alegre quanto do interior. São coisas que acontecem num momento importante, num momento em que Porto Alegre está abraçando o rio, e vai ter um bom mercado aqui. Nós temos a esperança, por exemplo, que o Catamarã não sirva só Guaíba, que consiga servir Eldorado, consiga servir Triunfo, as cidades ribeirinhas todas por aqui, que se tenham linhas normais, linhas que liguem essas populações com a cidade de Porto Alegre. Importante essa iniciativa da Marinha.

Também eu fui visitar a obra da Av. Severo Dullius, lá na Zona Norte, uma obra de reivindicação antiga, lembro ainda, há 30 anos, o Ver. Savedra não tinha nascido ainda, é mais jovem; então, uma obra tão importante que vai tirar, da Av. Sertório, mais de 30% do movimento, saí da Zona Norte, vai sair lá no Aeroporto Salgado Filho. Isso, para a economia local, é importante. Estamos abrindo mais uma fronteira para instalações de logística, durante a Av. Severo Dullius, que vai economizar, que vai desenvolver aquela área, que serviu muitos anos como um lixão de Porto Alegre, uma área importante para o desenvolvimento da nossa cidade, importante para desafogar a Av. Sertório, importante para ganharmos tempo na Zona Norte, saída para o interior, para a BR-116, para BR-448, para Zona Sul, saindo lá no aeroporto, para lá do Aeroporto Salgado Filho, que é Av. Sertório. São coisas que estão acontecendo na cidade e que já estão ajudando no desenvolvimento de áreas que estavam paradas, que nós precisamos movimentar. A cidade de Porto Alegre está pujante. Tivemos, na semana passada, o evento da TranspoSul, Feira e Congresso e Transporte e Logística da Região Sul do Brasil, foi um sucesso estrondoso – todo o Brasil estava aqui, desse setor, setor de logística, setor de fabricante de caminhões, setor de sistemas de controle da logística e do transporte; enfim, Porto Alegre está sediando grandes eventos, grandes realizações e todas vão trazer, e trazem, para nossa cidade, a cada evento desses, muita movimentação, hoteleira, logística, restaurantes, enfim, a cidade de Porto Alegre, que tem no seu DNA o saber receber, está sabendo receber, está sabendo fazer com que os eventos se realizem em Porto Alegre. É claro que, quando tivermos o nosso centro de eventos, vamos ter muito mais congressos, exposições, pedidos para que se realizem eventos do tamanho da TranspoSul, organizada pelo Setcergs, no ano passado foi um grande sucesso, esse ano, maior ainda. Os transportadores de cargas e logística do Rio Grande do Sul estão de parabéns, sabem fazer, sabem organizar e sabem trazer pessoas para a nossa cidade. Que bom que Porto Alegre está sediando esses eventos todos. Agora, esperamos também que o Ver. Bins Ely traga um grande congresso dos nossos Crecis do Brasil inteiro – vamos esperar essa boa notícia, vereador.

Vereador Márcio Bins Ely (PDT): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Eu queria fazer aqui um agradecimento ao Ver. Cecchim, que exerce de maneira propositiva a liderança do governo num esforço em incluir os corretores de imóveis para auxiliarem na venda dos terrenos da Prefeitura. A gente sabe que existe aquela lógica do primeiro e do segundo leilão, mas, não havendo arrematação, os imóveis vão para a venda direta. E, em uma conversa com o prefeito Melo, ele se convenceu, ele pediu para que a assessoria técnica pudesse, junto com a liderança do governo, construir aqui aos moldes, por exemplo, do que a Caixa Econômica faz com a venda dos retomados da Caixa, que também é uma operação, digamos assim, pública, de uma autarquia. Então os corretores de imóveis se habilitam, via um credenciamento, e aqueles que estão credenciados ficam aptos a trazer investidores. A gente sabe que tem corretores de imóveis que têm relação com todo o Brasil, até com o exterior; e, às vezes, para um bom negócio, quem tem um investidor é o corretor de imóveis. A Prefeitura não tem essa *expertise* na compra e venda de imóveis; então aqueles imóveis que estão em desuso, que estão ali, que foram aprovados em lei aqui por nós para serem vendidos poderão, então, a partir do segundo leilão, dando leilão deserto na venda, serem intermediados por um corretor de imóveis. Então eu acho que é uma iniciativa louvável do governo. Quero agradecer a liderança do governo, estamos construindo a quatro mãos, a seis mãos, a oito mãos com a assessoria técnica, e eu tenho certeza que vai contribuir sobremaneira, porque a gente ainda tem visto muitas situações de ocupações que acabam ocorrendo, invasões em próprios municipais, o que acaba gerando um passivo enorme em vários sentidos. Então acho que a nossa categoria tem como contribuir, sim, e a gente faz aqui um agradecimento público ao líder do governo, o Ver. Cecchim. Obrigado pelo aparte.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Obrigado, Ver. Bins Ely. Quero lhe dizer que eu tenho alegria de poder assinar junto com V. Exa. esse projeto para que seja aprovado. Realmente, nós precisamos, a categoria dos corretores de imóveis é uma categoria preparada para isso; por isso, V. Exa. tem toda razão nessa defesa e nesse projeto. Estaremos juntos, sim, para aprovarmos isso, porque, como o prefeito Melo sempre diz, a Prefeitura não é uma imobiliária para administrar terrenos, nós precisamos fazer caixa para aquelas atividades em que faltam recursos, e nós vamos fazer isso com toda a certeza.

Vereador Jonas, quanto tempo tenho? Temos mais três minutos. Imagina só, eu consultando o Ver. Jonas Reis sobre o tempo. Eu certamente vou ficar com o crédito desses três minutos para quando precisar responder alguma coisa ao Ver. Jonas, sempre muito incisivo e provocativo.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha esta sessão, eu quero, por gentileza, pedir ao Luiz Afonso para colocar para nós aqui umas imagens para que a gente entenda essa cidade real.

(Procede-se à apresentação.)

VEREADOR JONAS REIS (PT): Olha isso aí: na subida da Av. Wenceslau Escobar faz um ano que o comércio sofre, porque as empresas terceirizadas do DMAE não conseguem resolver um simples problema de esgoto pluvial, que está todo praticamente terceirizado. Não consegue a empresa resolver, e aí a solução do Prefeito é cavalete. Sobra cavalete na cidade, e eles jogam os cavaletes por aí, mas não resolvem o problema. Tem dois mil cargos vagos no DMAE. Como é que pode, como é que vai funcionar com cargos vagos? Tem gente querendo trabalhar na cidade e o prefeito não faz nem emprego! Está ali, as pessoas estão desesperadas. Conversei com a cidadã indignada, o pessoal da lavanderia, tem uma loja de imóveis ali também, de aluguel. É um absurdo isso, as pessoas não conseguem estacionar porque o buraco é permanente. Sabe quando eles voltaram ali e não resolveram o problema? Na semana passada, aí deu a chuva e voltou a calçada desse jeito por que o prefeito mantém os cargos vagos no DMAE e não quer mais. Isso aqui é a senhora Equatorial, que os neoliberais venderam, disseram “Privatiza que melhora!”, venderam a preço de banana, R\$ 100 mil. Vila Santo Agostinho, Zona Norte, tem mais de 20 protocolos nesse beco! Vinte protocolos! Eles não vêm mexer no poste. Tem uma cidadã que está lá presa, porque ela quer fazer a mudança e não consegue botar um caminhão de mudança no beco. Alô, Equatorial! Alô, governador... O governador estava no Espírito Santo dando palestra, mas aqui na cidade, um poste atrapalha a vida do cidadão. É uma vergonha esse governador, que agora foi eleito governador do Rio Grande do Sul para peregrinar pelo Brasil, dando palestra, como se ele fosse o rei da solução! É um péssimo gestor, um incompetente! Nem um poste no meio da rua ele não consegue levantar! Não levanta nem um poste!

Essa aqui é a praça na Santo Agostinho, uma praça abandonada, aí o prefeito diz: nós temos prefeito de praça; prefeito de praça... Todo dia dá um crachá de prefeito de praça. Olha lá, até uma ferragem enterrada, para sabotar as crianças; não tem areia na parte do escorregador; a gangorra está frouxa, não tem mais parafuso... Uma praça abandonada. É que a Santo Agostinho não existe no mapa do prefeito. O mapa do prefeito é só a orla; é trecho 1, trecho 2, trecho 3; agora o parque, a roda gigante, e é isso; fica a cidade por aí, como se a orla enchesse a barriga de todo mundo. Aí ele expede um decreto e diz que o decreto vai resolver a violência da orla. Vê se pode, uma questão de violência ser resolvida por decreto! Então imagina, qualquer gestor baixa decreto e está resolvido; está feita a solução, acabou a violência, não tem mais armas, não tem mais brigas porque tem decreto. É ou não é o prefeito mais competente que Porto Alegre já viu? Ele é brilhante, ele cria um decreto, todos os jovens vão ler e dizer: Ah, está bom, prefeito. É isso aí, legal. Não tem solução, com Sebastião Melo não tem como Porto Alegre ir para frente.

Mas eu quero passar mais um pouquinho, para vocês verem a vergonha que está colocada. Essa é a obra que equipe terceirizada do DMAE fez no Sarandi. Eles não resolvem, eles não resolvem! Eles pegaram uma boca de lobo e trancaram ela, agora a água vai ter que subir no nível da calçada para entrar no pluvial. Isso é ou não é inovação? Sebastião Melo é inovador, gente! Agora não precisa mais boca de lobo, ela não entope, porque a água só entra quando chegar no nível da calçada, 20cm. Então as ruas vão ficar alagadíssimas no Sarandi, Vila Elizabeth.

Mas eu queria terminar deixando um recado aqui para o nosso líder Cecchim, que veio aqui e falou até do jantar da Janja! Gente, o Cecchim agora está virando um leve-traz, ele não cuida da cidade, aí ele sabe da fofoca de Brasília. Cecchim, pelo amor de Deus, nos ajuda a garantir merenda nas escolas da Zona Sul, que a empresa terceirizada não pagou os funcionários e agora não vai ter merenda. A SMED, que o senhor tirou a secretária, botou a secretária, mas a equipe da secretária está toda lá, a mesma equipe continua, só tirou a secretária para fazer aquela simulação, aquela encenação. Não, não mudou a SMED, é a mesma coisa, está faltando merenda nas escolas, estão faltando 300 profissionais nas escolas. Estão, Cecchim, menos fofoca de Brasília e mais trabalho em Porto Alegre.

Para vocês entenderem do que se trata aquele incentivo que foi dado em Brasília. O Lula deu incentivo, meu querido amigo Mauro Pinheiro, à renovação de frota, exige retirada de caminhões e ônibus velhos de circulação. É um bilhão para tirar ônibus e caminhões velhos de circulação e apenas 500 milhões para carros, então o senhor não seja seletivo, o senhor está na linha bolsonarista que escolhe a vírgula, fala só da vírgula, do texto inteiro o senhor não fala. Eu vou lhe ajudar a organizar melhor o seu horário: de manhã cedo, o senhor faz um cafezinho preto, abre os jornais e lê só as manchetes, não precisa nem ler a matéria inteira, da manchete o senhor vai ter informação precisa de que o nosso Lula está mudando o Brasil. O senhor conhece o Lula, já participou dos primeiros governos do Lula, sabe que o homem não é fácil, ele faz, ele não fala. Quem fala muito e nada fez é este que veio aqui sujar Porto Alegre no último final de semana. Até o prefeito teve que mandar o caminhão do DMLU fazer uma limpeza por onde passou a comitiva do Bolsonaro, que foi lamentável. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): (16h59min) Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

Vereadora Fran Rodrigues (PSOL) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a inclusão do PLL nº 350/21 na priorização de votação da presente sessão; e que seja a segunda matéria a ser apreciada.

Vereador Idenir Cecchim (MDB): Sr. Presidente, eu dei acordo em homenagem aos suplentes. Hoje em homenagem à Ver.^a Fran, para votarmos esse projeto porque ela não estará mais na quarta-feira. Poderemos votar o projeto dela, sem dúvida nenhuma. Em homenagem aos suplentes também hoje eu não respondi ao Ver. Savedra algumas coisas que eu queria responder, mas em homenagens aos suplentes que estão aqui eu dou acordo.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o requerimento de autoria da Ver.^a Fran Rodrigues. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (pausa.) **APROVADO.**

Vereador Eng^o Comassetto (PT) (Requerimento): Também já conversei com o líder do governo. Nós temos a proposição de criar a Frente Parlamentar do Afroempreendedorismo, e eu tenho uma data simbólica, dia 8 de julho, quando queremos instalá-la. Solicito a alteração da ordem da priorização de votação, para que possamos, logo após a discussão e votação do PLL n^o 146/23, passar à discussão e votação do Requerimento n^o 087/23.

Vereador Claudio Janta (SD): Seria o quarto a ser votado, pois o terceiro é o projeto que cerca as praças para crianças autistas.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Eng^o Comassetto, aditado pelo Ver. Claudio Janta. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo a Emenda n^o 01, de autoria do Ver. Gilson Padeiro, ao PLCE n^o 010/23.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o requerimento solicitando dispensa do envio da Emenda n^o 01 ao PLCE n^o 010/23 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo a Emenda n^o 02, de autoria do Ver. José Freitas e do Ver. Conselheiro Marcelo, ao PLCE n^o 010/23.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o requerimento solicitando dispensa do envio da Emenda n^o 02 ao PLCE n^o 010/23 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo a Emenda nº 01, de autoria do Ver. Tiago Albrecht, ao PLL nº 318/21.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o requerimento solicitando dispensa do envio da Emenda nº 01 ao PLL nº 318/21 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo a Emenda nº 01, de autoria dos vereadores José Freitas, Alvoní Medina e Hamilton Sossmeier, ao PLL nº 048/23.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o requerimento solicitando dispensa do envio da Emenda nº 01 ao PLL nº 048/23 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo a Subemenda nº 01, de autoria do Ver. Claudio Janta, à Emenda nº 01 ao PLL nº 146/23.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o requerimento solicitando dispensa do envio da Subemenda nº 01 à Emenda nº 01 ao PLL nº 146/23 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Vereador Jonas Reis (PT) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito o adiamento da discussão do PLL nº 227/22 e do PLL nº 224/22, por uma sessão.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação requerimento de autoria do Ver. Jonas Reis. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0396/23 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 010/23, que inclui os §§ 4º, 5º, 6º e 7º no art. 111 da Lei Complementar nº 628, de 17 de agosto de 2009, que consolida a legislação municipal que dispõe sobre a Defesa dos

Direitos da Criança e do Adolescente. **(Requisitos para convocação de Conselheiro Tutelar Suplente) (SEI 118.00394/2023-74)**

Parecer Conjunto:

- da **CCJ, CUTHAB, CECE e CEDECONDH**. Relator-Geral Ver. Gilson Padeiro: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da matéria e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto.

Observações:

- adiada a discussão por duas Sessões em 14-06-23;
- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA – art. 82, § 1º, I, da LOM;
- incluído na Ordem do Dia em 05-06-23.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em discussão o PLCE nº 010/23. (Pausa.) O Ver. Conselheiro Marcelo está com a palavra para discutir a matéria, por cedência de tempo do Ver. Gilson Padeiro.

VEREADOR CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Boa tarde, Presidente, demais colegas vereadores, público que nos assiste; esse tema trata-se da eleição do Conselho Tutelar da cidade de Porto Alegre. Quero agradecer o governo por ter entendido a necessidade desse adiamento para que a gente pudesse debater um pouco melhor, quando se faz presente aqui o Paulo Meira, do governo, e também o Nelsinho, secretário adjunto, para que a gente pudesse debater melhor a necessidade deste projeto.

Ontem, às 23h59min, encerraram-se as inscrições dos conselhos tutelares aqui da cidade de Porto Alegre, e, infelizmente, Byl, houve somente 307 inscritos; um número muito pequeno para a cidade de Porto Alegre. Eu estava conversando há pouco com o Paulo Meira, ali, com o Nelsinho, esse número poderá diminuir ainda mais, porque no dia 3, agora, eles ainda passarão pelo processo de homologação da documentação; então poderá cair mais ainda esse número. E essa eleição dos conselhos tutelares é muito importante para a cidade de Porto Alegre. Todos os vereadores, de uma certa forma, têm uma ligação com os conselheiros tutelares, porque os conselheiros tutelares são diretamente relacionados com as comunidades, com as regiões, com as 10 regiões da cidade. O Ver. José Freitas e eu estávamos conversando, hoje, na parte da manhã, ele é um grande conhecedor também do tema, foi meu colega por dois mandatos, e chegamos a um consenso: neste ano ainda estamos preocupados porque há algumas regiões em que os conselheiros tutelares irão tirar férias e não terão suplente para suprir. E essa lei que o governo apresenta é para que se chame um conselheiro suplente da região mais próxima, para que possa suprir, em caráter emergencial. Porque a maior dificuldade, hoje, da suplência do conselho tutelar é tu consegues que um suplente queira assumir por 15, 20 ou 30 dias, porque, normalmente, quando se chama o suplente, ou ele já está trabalhando na iniciativa privada ou ele já está ocupando algum cargo, muitas vezes, no Município,

no Estado, e ele não quer se licenciar para assumir por esse tempo de 15, 20 dias ou 30 dias.

E essa emenda que nós trabalhamos e apresentamos juntamente com Ver. José Freitas é no sentido de que se possa qualificar, estabelecer a regra dessa titularidade. Então, a emenda que nós apresentamos estabelece que, se não tiver conselheiro tutelar de uma determinada região para assumir uma titularidade, vejam bem, para assumir como titular; para suplente se chamam os conselheiros da região mais próxima, mas quando for para assumir, de uma determinada, região a titularidade... até porque na comprovação do trabalho na região, tu estás apresentando para uma determinada região, então, não tem como chamar um outro colega para assumir como titular da região 1 para a região 3, porque a comprovação dele, do requisito, é para determinada região. Isso não sou eu que estou dizendo, está na lei municipal, na lei federal. Então é para esse gatilho que nós temos que estar preparados. E esta emenda é para quê? Na titularidade de um suplente de determinada região, não tendo, chama-se um suplente de conselheiro tutelar em caráter emergencial e se faz uma eleição suplementar para aquela região que não tem suplente. Não é eleição normal. Isso não sou eu que estou dizendo, existe já no Estatuto da Criança e do Adolescente, essa eleição suplementar, então, é baseado na lei, não estamos tirando da nossa cabeça a lei municipal, não, é lei federal, ela existe. Então, a nossa preocupação é essa. Essa é a primeira fase da entrega da documentação, e nós teremos, provavelmente, mais candidatos caindo depois da prova, isso é normal. Na eleição passada, teve uma quantidade muito grande de candidatos que não conseguiram passar na prova, e o número caiu. Então, de 307 poderá cair, não sabemos o número, mas poderá cair significativamente.

(Aparte antirregimental do Ver. João Bosco Vaz.)

VEREADOR CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): O Ver. Bosco até quer que os vereadores façam prova.

Então, eu digo para vocês: esse projeto será útil até para essa eleição agora, porque nós temos regiões na cidade de Porto Alegre que não terão suplentes para suprir as vagas na eleição do Conselho Tutelar ainda para este ano. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. José Freitas está com a palavra para discutir o PLCE nº 010/23, por cedência de tempo do Ver. Alvoní Medina.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Presidente Hamilton, colegas vereadores, é uma preocupação bastante grande. Eu e o Ver. Marcelo, que já passamos pelo Conselho Tutelar, até brinco que os meus cabelos começaram branquear no Conselho Tutelar, e é fato, porque não é fácil tu veres criança estuprada, bebê recém-nascido estuprado... Não é fácil, tem que ter uma estrutura. Então, bateu em nós, quando veio esse

projeto, uma preocupação. O Ver. Marcelo já deu o número aqui, 307 inscritos. Quando eu fui conselheiro tutelar, chegou a ter mil e tantos inscritos. Microrregião 1: 22; micro 5: 40; micro 9: 24; micro 2: 27; micro 6: 32; micro 10: 37; micro 4: 39; micro 8: 54. E esse número vai cair, eu não tenho medo de errar, vai cair 50%, porque tem a prova e na apresentação dos documentos, agora, nem todos vão ter o requisito necessário. Então já vão ser eliminados. Esse número 307 vai cair pela metade, ou que caia 40%, já é uma preocupação. Qual a nossa preocupação? É o que está acontecendo hoje no Município, não existe suplente para o Conselho Tutelar. A lei prevê 10 suplentes e, às vezes, não tem nenhum. E o que o projeto do governo prevê? Que possa, na falta de suplência, pegar um suplente da micro mais próxima. Isso é uma coisa.

A minha Emenda nº 02, que o projeto não prevê, a vacância definitiva. São cinco conselheiros, um saiu definitivamente, então o que temos que fazer? Uma nova eleição para essa vacância definitiva. É isso que prevê aqui a minha emenda. Ver. Cecchim, colegas Paulo Meira e Nelsinho, tem que levar essa preocupação para o governo, não sei o que temos que fazer daqui para frente. Eu não sei se é salário, porque o salário do conselheiro tutelar em Porto Alegre é R\$ 6 mil. Será que não é mais atrativo R\$ 6 mil? Em Gravataí e Novo Hamburgo, o salário do conselheiro tutelar é R\$ 9 mil. Em Porto Alegre é R\$ 6 mil. E tem gente que nem por R\$ 20 mil quer ser conselheiro tutelar, porque branqueia os cabelos. O troço é sério, o troço é pesado. Então fica essa reflexão aqui, e nós temos que votar para resolver o problema hoje do Conselho Tutelar, para que o governo possa chamar o suplente de uma microrregião mais próxima quando faltar. Está bom? Qualquer coisa, estamos à disposição para tirar dúvidas. Um abraço.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para discutir o PLCE nº 010/23.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Presidente, quero saudá-lo; senhoras vereadoras, vereadores, como diz o Ferronato, não é bem assim mexer nessa lei que sempre foi assim há mais de 30 anos. Fazer uma eleição suplementar quem é que paga? Qual é o custo disso? Uma eleição suplementar só para uma região, Ver. Ferronato, isso é grave. Nós temos eleição em novembro e nós queremos mexer no processo eleitoral agora?

Marcelo, mais uma vez eu sou contra. Já tentaram mexer tirando as provas dos que são conselheiros. Ao contrário, tem que fazer a prova para aprender ou para se qualificar ainda mais. Então eu peço aos senhores vereadores, porque isso não é brincadeira, nós vamos mexer num processo que está há anos dando certo. Como disse o Ver. Freitas, conselheiro tutelar ganha R\$ 6 mil e não vai querer assumir? Então ele está ganhando R\$ 10 mil! Ele só não vai assumir se ganha mais do que aquilo ou se empregou durante aquele período, ganhando mais do que isso. Porque, olha, é um belo salário aqui em Porto Alegre, R\$ 6 mil, Bobadra, é um belo salário.

Assim é como revogarmos nome de rua. Nós vamos prejudicar alguém. Eu nunca vi revogar nome de rua aqui, até porque tem que ir ao cartório, mudar tudo aquilo que está lá no cartório em relação à lei. Pessoas vão ser prejudicadas. Então nós temos que ter cuidado quando nós começamos a modificar as coisas que não são nossas, embora nós tenhamos prerrogativa. Conselheiro tutelar, nós não podemos brincar com isso aí, isso é coisa séria; ficar mexendo na lei toda hora, temos eleição em novembro, os conselheiros já não querem mais fazer prova, porque são conselheiros... Imagina o vereador que continuasse sem eleição. Então, na realidade, desculpa, mas não é ser contra por ser contra, é que é um processo que foi criado, e a gente vai mexer na lei municipal, e tem que ter uma estimativa. Quanto custa uma eleição só de uma região de Porto Alegre? Para botar um suplente, tem que fazer uma eleição suplementar. Desculpem, mas a gente tem que ter muito cuidado às vezes porque esse é um caso sério. Obrigado, vereadores.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra para discutir o PLCE nº 010/23.

VEREADOR MÁRCIO BINS ELY (PDT): Presidente Hamilton, na pessoa de V. Exa. cumprimento os demais vereadores e vereadoras, o público que nos assiste nas galerias, pela TVCâmara, senhora e senhores; vejo aqui o deputado Dr. Thiago, a quem saúdo também aqui, seja bem-vindo, ex-presidente desta Casa. Quero fazer uma saudação especial ao Paulo Meira, que está hoje coordenando todo o processo aí do conselho tutelar. Em especial, me debrucei sobre esse assunto, conversei com o Ver. José Freitas e com o Ver. Conselheiro Marcelo, realmente parecia que era uma previsão, só temos 307 inscritos e ainda nem fizeram a prova. Então na hora em que esses 307 forem homologados e forem submetidos à prova, realmente, me parece que para 50 vagas está quase que evidente que não teremos suplentes suficientes. O que que eu conversava aqui e eu tinha o entendimento de que a prova poderia ser, a exemplo da prova da OAB. Eu sou advogado, eu faço a prova da OAB, se eu passei na prova da OAB, eu sou advogado, não tenho que todo o ano estar fazendo de novo a prova da OAB. Mas fui vencido nesse debate, acho que fazer a prova de novo não atrapalha, ao contrário, reforça que o conselheiro está atualizado, está preparado para bem exercer a função de conselheiro, então essa já é uma matéria vencida. Ao mesmo tempo, me parece agora que apenas, Ver. José Freitas – o Marcelo também, conversei aqui detalhadamente com o Paulo –, apenas o critério da proximidade talvez não supere a dificuldade da falta de suplentes que se avizinha, até porque algumas regiões são encostadas em mais de uma. Por exemplo, a micro 1 é encostada na 8 e na 2, só para trazer um exemplo para o debate aqui. Então qual seria o critério para chamar, digamos assim, se faltasse um suplente na 1, chamaríamos na 8 ou chamaríamos na 2? Qual seria o critério de desempate? Então no entendimento, tendo em vista aí que realmente já estamos no meio de um processo que se avizinha, que a gente já sabe que inclusive com alguns questionamentos judiciais por conta de uma prolongação nas inscrições, então já teremos algumas dificuldades a enfrentar com

relação a esse tema, ao mesmo tempo que a gente entende que é fundamental e necessário que nós tenhamos um conselho tutelar para cuidar das nossas crianças e adolescentes. E o regramento é o regramento que está aí, o edital já está publicado, as horas, a carga horária, a prova prevista com banca já contratada; enfim, nos parece que, pelo que se avizinha, vai ser necessário que se tenha um critério de chamamento de suplentes na eventualidade da falta de suplentes para preencher as vagas, quando os titulares, por conta de férias ou de uma situação envolvendo saúde... E fora essa situação da vacância do titular, para que ocupe o suplente a vaga, pode haver também a vacância de um titular. E aí eu diria o seguinte, até já existe a previsão na legislação de uma eleição complementar, mas não para suplentes. A eleição suplementar vai ocorrer para ocupar as vagas de conselheiro titular, na eventualidade de faltar um titular. Eu entendo que, se nós tivermos um critério geral em que conste toda a lista dos suplentes, que a territorialidade e a proximidade sejam um primeiro critério e um segundo critério seja, por exemplo, o número de votos. Se todos os suplentes das 10 regiões puderem ocupar as vagas de titulares na eventualidade de alguma vacância, eu acho que não faltariam suplentes, não seria necessária uma nova eleição, acho que não. Mas, se nós utilizarmos única e exclusivamente, Ver.^a Biga, o critério da proximidade territorial para preencher as vagas, daí talvez mesmo assim vai faltar, e daí, realmente, talvez uma eleição suplementar custe muito caro e seja inviável. Então eu acho que nós temos que ter o plano A e o plano B, mas eu não sei se nós vamos ter tempo aqui de fazer essa, vamos dizer assim, concertação, me socorro aqui do Ver. José Freitas e do Ver. Conselheiro Marcelo, porque eu acho que nós temos que pensar no plano A e no plano B. Em princípio, teremos os candidatos que serão eleitos e teremos os candidatos que serão eleitos conselheiros suplentes. Teremos uma lista de suplentes, por região, que num segundo momento poderão, pelo que está sendo proposto, assumir por proximidade de região. E acredito que devemos ter mais um critério, fora o da proximidade, mas aí acredito que ou a gente estabelece na lei, agora, aqui, se der tempo, ou nós vamos ter que delegar por decreto, porque senão, realmente, nós vamos ter um problema, e o problema se avizinha pelo baixo índice de inscritos, temos um número de inscritos que nos parece que está evidente que vai ser insuficiente para preencher as vagas.

Fica a nossa contribuição para o debate, que nós possamos chegar a bom termo e conseguir algo em favor da cidade, em favor das nossas crianças e adolescentes, como uma alternativa à realidade que se estabeleceu por conta do chamamento para essa eleição. Pela atenção de todos, muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Registro a presença do deputado estadual Dr. Thiago Duarte; seja muito bem-vindo a esta Casa, sempre.

O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para discutir o PLCE nº 010/23.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Veja bem, ano que vem, em julho, entra um processo do governo federal trocando a regra das eleições. Em julho do ano que

vem. Tenho certeza de que todos nós iremos ficar indignados. Nós estamos querendo trocar a regra de um processo que funciona há 30 anos em Porto Alegre, não existe nenhuma denúncia, nada, reclamando de vacância no Conselho Tutelar. O Ver. José Freitas disse que terá 30 inscritos, não sei quantos, vai sobrar metade, 15 para 5 vagas, terá 10 pessoas para assumir. Eu não entendi, até agora, a necessidade desse projeto que funciona há 30 anos na cidade de Porto Alegre, o Conselho Tutelar. Eu não entendi até agora essa lambança de suplente e tal. Como alguns já falaram, acho que o Ver. Bosco está falando, que tinha que ter prova também aqui para nós aqui. E qual é o critério que o governo... Vamos supor que o governo, ano que vem, faça isso e diga que irá assumir as ordens de suplência, nenhum outro partido aqui botaria suplente aqui mais. O meu partido tem chamado suplentes meus aqui; o PSOL chamou suplementes, todos partidos têm chamado suplentes. Ninguém mais ia chamar, e nós teríamos um banco de dados de suplentes mais votados, e eles entrariam aqui. É quase isso que está se falando no Conselho Tutelar. Como é que vai ter vacância de um cargo de conselheiro tutelar? O que mais tem é disputa, Ver. José Freitas, no Conselho Tutelar. O Conselho Tutelar tem uma eleição tão acirrada ou mais do que a nossa porque o voto não obrigatório, Na última eleição, agora, nós vimos – temos um número X de conselheiros que fizeram mais votos do que muitos vereadores desta Casa, inclusive eu. Eu, qualquer um faz mais votos que eu! Aí vamos dizer que a regra de 30 anos, que funcionou e funciona até hoje, está errada? Qual é a denúncia que recebemos no nosso gabinete, qual é a denúncia que o Ministério Público recebeu, que o Conselho Tutelar de tal região está sem conselheiro? Qual foi? Nenhuma! Nenhum Conselho Tutelar está sem conselheiro, nenhum! O que existe é algo que, no mundo político, não existe, um projeto mudando as regras da eleição na véspera das eleições. Isso não existe em lugar nenhum no mundo. Se fosse para a próxima eleição, não para essa que vai ter agora, poderia ser; agora, para essa eleição, não estamos sendo legais com as pessoas que planejam disputar uma vaga no Conselho Tutelar; assim como não seria legal fazer isso conosco.

Eu quero dizer uma coisa para vocês, sobre uma coisa que eu entendo bastante, se uma entidade sindical vai fazer eleição esse ano, qualquer sindicato, de trabalhador, de empregador, qualquer central sindical vai fazer uma eleição esse ano, associação de moradores, CTG, e muda a regra do voto, da coleta do voto, do voto e da forma como vai se dar essa eleição, ela, automaticamente, pela justiça, será determinado que é só para próxima eleição, que não pode ser nessa. Então, o que estou querendo dizer aqui é que a regra da justiça, a regra da boa convivência, a regra, principalmente, de as coisas serem transparentes, não poderia ser para essa eleição. Se quisermos discutir a questão do Conselho Tutelar, teria que ser para próxima eleição, não mudar a regra agora, principalmente algo que não diz de onde é que vai sair o dinheiro. Nós não aprovamos vários projetos aqui nesta Casa que melhoram a vida das pessoas porque não dissemos de onde vai sair o dinheiro. Agora, nós estamos prevendo eleição de Conselho Tutelar, que pode acontecer na cidade de Porto Alegre anualmente, e nós não estamos dizendo de onde é que vai sair o dinheiro – não é do ECA que vai sair o dinheiro, não é.

Então nós aqui encaminhamos contrariamente não só às emendas, mas ao projeto também, porque não tem necessidade de se discutir isso na véspera das eleições de conselheiro tutelar. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para discutir o PLCE nº 010/23.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Meu caro Presidente Hamilton, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, venho aqui rapidamente para dizer o seguinte: o projeto é de iniciativa do Executivo, foi o prefeito que encaminhou este projeto à Câmara tratando de regras de suplentes do Conselho Tutelar, que é órgão que tem vínculo com o Executivo; então o projeto tem essa iniciativa. O Executivo deve ter estudado o assunto, não é possível que simplesmente tenha encaminhado para nós, Ver. Cassiá, algum estudo deve ter havido lá. Por outro lado, aqui na Câmara, se não me falha a memória, nós temos dois ex-conselheiros tutelares, o Ver. Marcelo e o Ver. José Freitas, que têm uma convivência de muitos anos e experiência nesse tema. Eu, por regra, sigo o olhar atento daqueles que conhecem o tema; portanto, essa é a minha observação. Quando surgiu, quando nasceu a primeira eleição do Conselho Tutelar, eu era presidente da Câmara, há 30 anos, e tenho acompanhado de perto o assunto. Eu também tenho uma preocupação, Ver. Freitas e Ver. Marcelo. Como é que elegem? Elegem cinco conselheiros e dez suplentes. Se um conselheiro pede licença – um, dois, ou três –, ou venha a falecer, por fatalidade, onde andam os outros 10 suplentes? Vai faltar vaga, pois eles não vão poder assumir, ou talvez não queiram assumir. Então tem acontecido isso, de dez conselheiros suplentes, nenhum aceita? Poderia ser feita então uma eleição numa espécie de eleição para vereadores: se elegem cinco e os outros são suplentes. Acredito que com 30 candidatos, alguém vai querer assumir. E se não tem assumido, alguma coisa nos preocupa.

Mas eu vou votar favorável ao projeto ouvindo as manifestações dos nossos vereadores com experiência no assunto, e porque o projeto vem do Executivo, num tema que é do Executivo, acredito que estudaram o assunto. Aquele abraço. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação a Emenda nº 01 ao PLCE nº 010/23. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

Em votação a Emenda nº 02 ao PLCE nº 010/23. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Ramiro Rosário, o PLCE nº 010/23. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 31 votos **SIM**; 3 votos **NÃO**.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0834/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 350/21, de autoria da Ver^a Fran Rodrigues, que altera a al. *a* do *caput* do art. 1º da Lei nº 3.033, de 30 de junho de 1967 – que fixa os feriados municipais –, e alterações posteriores, consagrando Iemanjá no feriado fixo de 2 de fevereiro. (SEI 247.00004/2021-56)

Pareceres:

- da CCJ. Relator Ver. Leonel Radde: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto;
- da CECE. Relatora Ver^a Daiana Santos: pela aprovação do Projeto;
- da CEDECONDH. Relator Ver. Alexandre Bobadra: pela aprovação do Projeto.

Observação:

- incluído na Ordem do Dia em 23-05-22.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em discussão o [PLL nº 350/21](#). (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) A Ver.^a Fran Rodrigues está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autora.

VEREADORA FRAN RODRIGUES (PSOL): Boa tarde aos vereadores e vereadoras da Casa. Quero agradecer, primeiro, a compreensão do momento em que nós estamos em substituição ao Ver. Pedro Ruas para que a gente conseguisse estar votando o projeto de lei de minha autoria, mas também um projeto de lei que é do PSOL como um todo, e importante para nossa cidade de Porto Alegre. Este projeto visa incluir a Iemanjá no dia 2 de fevereiro no calendário da nossa cidade e, conversando com os vereadores hoje, muitos vereadores falaram que achavam que já está no dia 2. Não está incluída expressamente, a gente sabe que é uma data comemorada pela Nossa Senhora dos Navegantes, uma data também muito importante, mas a gente pede esta inclusão, uma inclusão que visa o combate à intolerância religiosa. Afinal, uma das maiores festas para Iemanjá acontece aqui na nossa cidade de Porto Alegre e com certeza o nosso povo porto-alegrense vai ficar muito orgulhoso dos vereadores desta Casa votarem a favor da inclusão da Iemanjá no calendário. Peço a colaboração de todos e reforço o agradecimento para que a gente hoje pudesse estar votando e agradeço a homenagem também em nome dos suplentes que estão nesta Casa e que são extremamente importantes para que os nossos vereadores, quando necessitam de licença, façam parte das decisões da nossa cidade de Porto Alegre. Desde já encaminho e agradeço pela compreensão, pela inclusão do nosso projeto na Ordem do Dia. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

(O Ver. Airto Ferronato assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE AIRTO FERRONATO (PSB): Em votação o PLL n° 350/21. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**, com a manifestação contrária do Ver. Alvoni Medina.

(O Ver. Hamilton Sossmeier reassume a presidência dos trabalhos.)

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05 minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. N° 0297/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO N° 146/23, de autoria do Ver. Claudio Janta, que determina o cercamento das áreas de lazer ou recreação infantil (*playgrounds*) das praças e parques no Município de Porto Alegre. **(SEI 024.00046/2023-18)**

Parecer Conjunto:

- da **CCJ, CEFOR, CUTHAB, CECE, CEDECONDH e COSMAM**. Relator-Geral Ver. Mauro Pinheiro: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da matéria e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto.

Observações:

- com Emenda n° 01, do Ver. Giovanni Culau e Coletivo (Líder da Bancada do PCdoB) e da Ver^a Biga Pereira;
- incluído na Ordem do Dia em 05-06-23.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em discussão o [PLL n° 146/23](#). (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação o PLL n° 146/23. O Ver. Alexandre Bobadra está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PL): Sr. Presidente, colegas vereadores, telespectadores da TVCâmara, projeto louvável que traz a segurança novamente para as nossas crianças. Por falar em segurança, quero fazer um *link* importante da mesma forma sobre o decreto do prefeito Melo que proibiu o consumo de bebida alcoólica, na madrugada, na região do Gasômetro. Uma resolução importante, inteligente, afinal de contas os locais públicos são apropriados para a gente brincar, se divertir, curtir. Agora, geralmente onde tem consumo de bebida alcoólica, droga, as coisas não vão muito bem. E recentemente tivemos um homicídio naquela região ali, então o decreto do prefeito Melo está de parabéns. E no que tange ao projeto do Ver. Janta, é um projeto muito bom, inteligente e vai encontro do nosso pensamento, pensando no bem-

estar das nossas crianças. Eu sou morador do Centro Histórico e certo dia fui dar uma corridinha ali na Redenção, durante o dia, Ver. Comassetto, e vi que tinha um morador de rua dormindo numa praça bem elaborada, bem reformada, com equipamento de alto valor agregado ali na Redenção. Isso me causou uma certa preocupação porque as crianças não iam brincar naquela parte do parque em virtude de estar ali o morador de rua. Nós sabemos que a falta de moradia é um problema social e nós temos a FASC, que faz um excelente trabalho na medida das suas condições financeiras. Parabéns ao Ver. Claudio Janta por este projeto do cercamento de parques e praças. É um projeto importante, e tenho certeza de que vai ser votado e aprovado por unanimidade pela Câmara de Vereadores de Porto Alegre, porque a cidade tem pressa, e Porto Alegre não pode parar.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Tiago Albrecht está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 146/23.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Sr. Presidente, nobres parlamentares, assistência nas galerias, nas redes e mídias sociais; esse é um projeto de mérito muito bom, bonito. Acredito que todos os 36 vereadores desta Casa concordam, mas, para nós, do partido NOVO, a forma como são feitos os encaminhamentos importa bastante. Não obstante o mérito ser muito positivo do colega Ver. Claudio Janta, a forma como, primeiramente, foi apresentado o projeto tinha problemas, especialmente, de cunho de iniciativa. Era um projeto inconstitucional, porque o Parlamento não pode determinar algo que o Executivo vá fazer. Mas o Ver. Claudio Janta colocou uma emenda muito importante, fazendo com que nós, do partido NOVO, possamos votar junto com o projeto. Essa emenda retira a inconstitucionalidade, porque ela transforma num programa de cercamento das áreas de lazer ou recreação infantil. Quero parabenizar não só o Ver. Janta, mas também a vice-líder do governo, a Ver.^a Cláudia, e todos os que trabalharam para que não se jogasse fora o bebê junto com a água do banho, para que nós pudéssemos manter o mérito, manter a preocupação, que é do Ver. Janta e, creio, como falei, de todos os outros 35 vereadores, podendo agora votar, porque a forma... Nós precisamos respeitar as leis, respeitar a LOMPA, respeitar a Constituição e o próprio rito legislativo. Parabéns pela solução, peço a aprovação das emendas ao projeto do Ver. Claudio Janta, para votarmos “sim” ao projeto. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação a Emenda nº 01 ao PLL nº 146/23. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA**, com a manifestação contrária do Ver. Jessé Sangalli.

Em votação a Subemenda nº 01 à Emenda nº 01 ao PLL nº 146/23. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

Em votação o PLL nº 146/23. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**, com a manifestação contrária do Ver. Jessé Sangalli e do Ver. Airto Ferronato.

Vereador Claudio Janta (SD): Sr. Presidente, em nome de todas as mães e pais de crianças autistas, queria agradecer a sensibilidade desta Câmara, pois eles poderão usar, já usam algumas praças de nossa cidade que já estão com a cerca, na Rua 24 de Outubro, aqui na frente do Zumbi dos Palmares, no Brique nós temos praças cercadas, e poderão levar os seus filhos com segurança e tranquilidade nas praças de Porto Alegre. Muito obrigado.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Parabéns, Ver. Claudio Janta pela aprovação do projeto.

VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 087/23 – (Proc. nº 0397/23 – Ver. Engº Comassetto e Ver^a Biga Pereira) – requer a constituição da Frente Parlamentar do Afroempreendedorismo. (SEI 154.00016/2023-54)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação [Requerimento nº 087/23](#). (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Vereadora Biga Pereira (PCdoB) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pela Ver.^a Biga Pereira. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Há quórum.

Passaremos então à apreciação do PLL nº 310/22.

Vereador Aldacir Oliboni (PT): Sr. Presidente, o Ver. Jonas pediu o adiamento da discussão dos projetos dele, anteriormente.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): O Ver. Jonas havia requerido o adiamento da discussão do PLL nº 227/22 e do PLL nº 224/22.

Ainda há o PLL nº 310/22 e o PLL nº 455/22 de autoria do Ver. Jonas Reis na priorização de hoje. Ele quer solicitar o adiamento desses também?

Vereador Aldacir Oliboni (PT) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Aldacir Oliboni. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Dezoito vereadores presentes. Não há quórum.

(17h57min) Encerrada a Ordem do Dia.

Vereador Idenir Cecchim (MDB) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar no período de Pauta. Após retornaremos à ordem normal.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Idenir Cecchim. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Passamos à

PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 0589/23 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 014/23, que autoriza a contratação de Técnico Industrial, Montador Eletromecânico, Operador de Máquinas Especiais, Fresador e Soldador Industrial para o Departamento Municipal de Água e Esgotos (DMAE), por prazo determinado, para atender necessidade temporária e de excepcional interesse público. **(SEI 118.00445/2023-68)**

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Não há inscritos para discutir a Pauta. Está encerrado o período de discussão de Pauta.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Estão encerrados os trabalhos da presente sessão. Convoco as Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores para a 008ª Sessão Extraordinária a ser realizada a seguir.

(Encerra-se a sessão às 17h58min)

* * * * *